Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira **20.9.2024** / Diário / Ano 160.º / N.º 56 764 / **€ 1,80** / Diretor **Filipe Alves** Diretores Adjuntos **Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino**



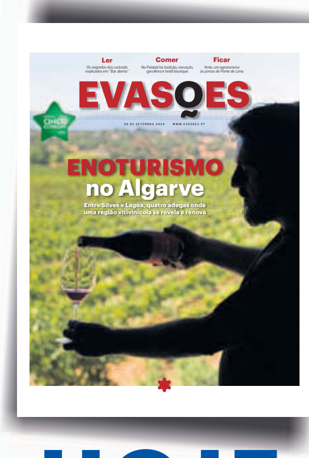
REINALDO RODRIGUES

ENTREVISTA DN/TSF
ANTÓNIO NUNES

PRESIDENTE DA LIGA DOS BOMBEIROS

No combate aos fogos "quem esteve mal no terreno foi a Proteção Civil"

PÁGS. 4-7



HOJE
COM O SEU DN



AFP

ANIVERSÁRIO
90 ANOS DE SOPHIA LOREN: A BELEZA NÃO ACABA

PÁGS. 24-25

Citibank escolhido para assessorar a privatização da TAP

EXCLUSIVO Banco de investimento norte-americano está em vias de ser escolhido para assessor financeiro da privatização, que não deverá arrancar antes da aprovação do OE2025 e poderá incidir sobre menos do que 50% do capital. Ao DN, Pedro Nuno Santos reitera que o PS apenas aceitará a venda a privados de uma posição minoritária. PÁG. 17

Liga dos Campeões
Classe turca ajuda Benfica a vencer o Estrela Vermelha por 2-1
PÁG. 22

Educação
Escolas pedem medidas de reforço de segurança
PÁG. 13

Madeira
Governo de Miguel Albuquerque pressionado por *Operação Ab Initio*
PÁG. 10

Presidenciais
Sindicatos nos EUA preferem não escolher entre Kamala e Trump
PÁG. 18



Editorial

Filipe Alves
Diretor do Diário de Notícias

Comissões incendiárias

O presidente do Chega, André Ventura, anunciou ontem que o seu partido vai propor a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao combate aos fogos florestais desde 2017. Se a proposta for chumbada, Ventura promete voltar à carga na próxima sessão legislativa, em setembro do próximo ano, com um pedido de caráter obrigatório. Neste momento não o consegue fazer porque já esgotou essa possibilidade ao obrigar à constituição de uma Comissão de Inquérito ao chamado "caso das gémeas".

A constituição de uma Comissão de Inquérito potestativa pode ser requerida por um mínimo de 46 deputados. O Chega tem 50 deputados e estas comissões acabam por ser o grande instrumento efetivo de poder que André Ventura tem à disposição. Ignorado por uma AD cujo Governo tenta mostrar serviço em áreas onde o Chega foi pioneiro e sempre tentou marcar pontos – veja-se o discurso de Montenegro sobre os incendiários – e ostracizado pelos restantes partidos com assento no Parlamento, o Chega tem nas Comissões de Inquérito o instrumento ideal para levantar temas incómodos, "chatear" quem governa e causar mossa na reputação de quem se atravesse no seu caminho. O Presidente da República que o diga: semana sim, semana não, somos recordados do caso das meninas brasileiras cujas vidas foram salvas porque, após um pedido a Marcelo, o SNS lhes deu o tratamento a que tinham direito enquanto filhas e netas de portugueses, sem que, pelo que se sabe, outras pessoas tenham sido prejudicadas.

De resto, sem prejuízo de em algumas situações se justificarem, não é líquido que as Comissões de Inquérito façam mais bem à democracia do que mal. Em primeiro lugar, já todos sabemos que não servem para o apuramento da verdade, pelo menos da factual, mas sim para a construção de uma narrativa semioficial por via da negociação entre partidos. E este eventual consenso político não se rege propriamente pela bitola do consenso científico.

> **"O que realmente faz falta na questão dos fogos não é mais uma Comissão de Inquérito mas sim uma verdadeira reforma da gestão do território e dos recursos florestais, mas isso dificilmente trará votos a alguém."**

Em segundo lugar, servem frequentemente de palco a uma variante de política-espectáculo que constitui o terreno ideal para os populistas e os demagogos de esquerda e de direita. Para sobreviverem, as instituições democráticas têm de procurar ser dignas, respeitáveis e inspiradoras. E a transparência é de louvar, mas também pode ter efeitos contraproducentes, porque em determinadas situações pode acabar por colocar em causa a *dignitas* e a *autoritas* dessas mesmas instituições democráticas.

Em terceiro lugar, e por último, estas comissões distraem-nos frequentemente daquilo que realmente deve ser feito. Embora Ventura esteja certo no que toca à (des)responsabilização dos decisores políticos no tema dos fogos florestais, o que realmente faz falta não é mais uma Comissão de Inquérito onde os deputados possam dar largas aos dotes oratórios, mas uma verdadeira reforma da gestão do território e das florestas. Porém, este trabalho discreto dificilmente trará votos a alguém.

OS NÚMEROS DO DIA

160

MILHÕES DE EUROS para preparar o inverno na Ucrânia, foi o valor do apoio comunitário anunciado ontem pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

0,7

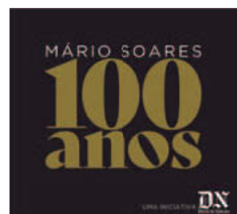
POR CENTO DO PIB é o valor do excedente orçamental projetado pelo Conselho das Finanças Públicas para este ano, acima das estimativas de abril, num cenário de políticas invariantes, segundo foi ontem divulgado. A projeção de abril apontava para um saldo orçamental de 0,5% para 2024.

824

MIL EUROS POR DIA foi a multa que o juiz Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal brasileiro aplicou ontem à rede social X por desrespeitar o bloqueio imposto no país.

25

FARMÁCIAS novas aderiram este ano à campanha de vacinação contra a covid-19 e a gripe, que abrange até agora 2519 unidades, disse ontem à Lusa a presidente da Associação Nacional de Farmácias, apelando à vacinação da população.





20.9.2024

Direção: Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Telles, Amanda Lima, Ana Meireles, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Filipa Rodrigues e João Coelho **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (Diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves ***E-mail* geral da redação** dnot@dn.pt ***E-mail* geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em *www.dn.pt*. Tiragem média de fevereiro 2024: 6 084 exps.


Uma equipa eficiente onde quer que esteja? O seu negócio pode tudo
Colaboração
Produtividade
Tire o melhor partido da tecnologia com as nossas Soluções Smart
Vodafone Business, muito mais do que comunicações.
Together we can
vodafone business

António Nunes
"Quem esteve mal no terreno com a falta de coordenação, comando e controlo foi a Proteção Civil"

ENTREVISTA DN/TSF Muito crítico do atual sistema de combate aos incêndios o presidente da Liga dos Bombeiros, insiste que estes profissionais devem ter um comando nacional. Para António Nunes, o Governo tem estado bem perante a situação dos fogos, mas garante que, no final, será tempo de um ajuste de contas.

TEXTO **VALENTINA MARCELINO (DN)** E **NUNO DOMINGUES (TSF)** FOTOS **REINALDO RODRIGUES**

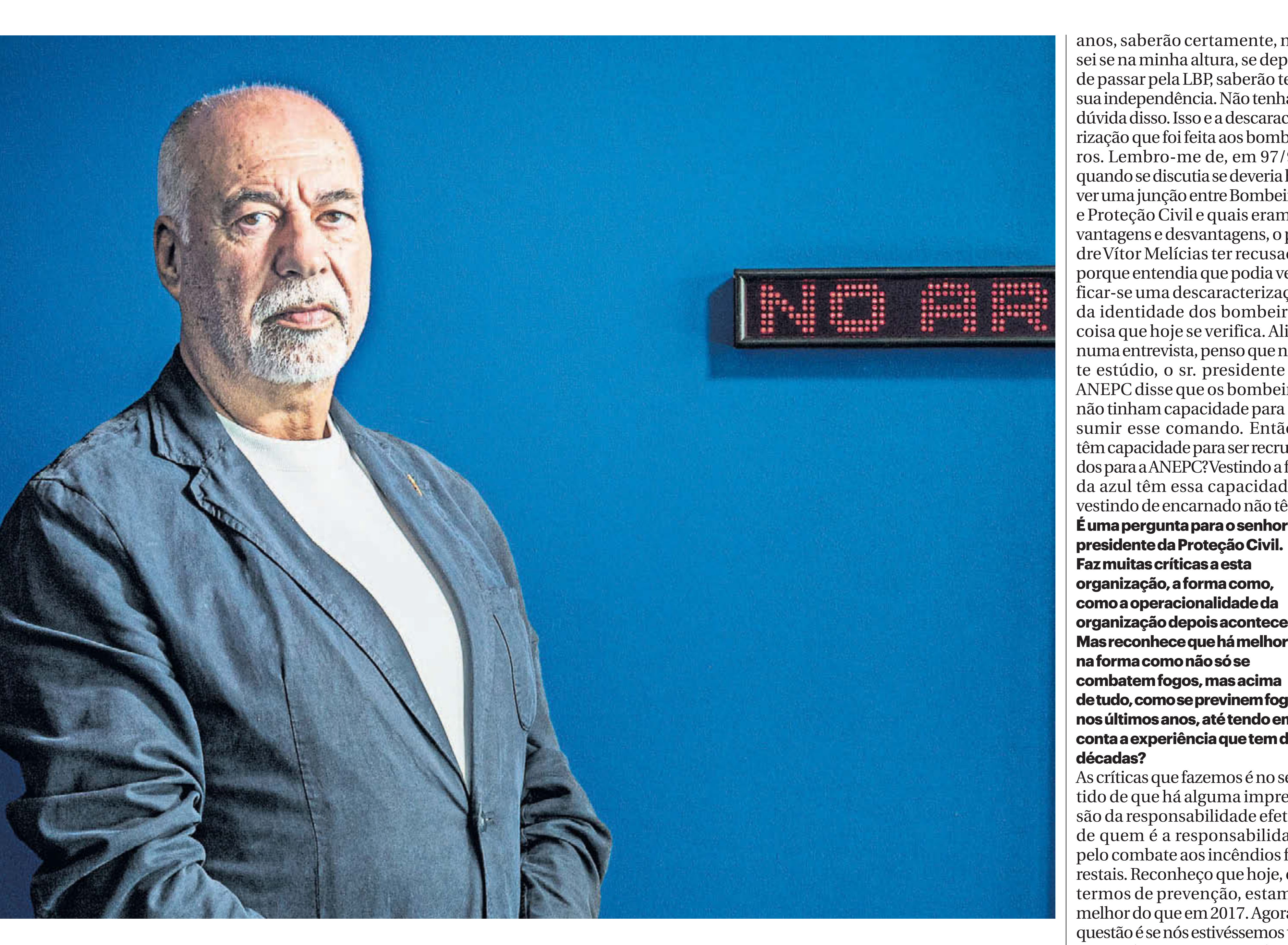


O que aconteceu nesta última semana reforça a sua reivindicação de ser criado um comando nacional para os bombeiros?
Claro que sim. Está à vista de todos e dos testemunhos que nós podemos ter ao vivo, quer de presidentes de câmara, quer de comandantes de bombeiros e penso que da população. Aquilo a que nós pudemos assistir foi uma mobilização forte de bombeiros. Aliás, é interessante que nos últimos tempos a autoridade Nacional de Emergência e Emergência e Proteção Civil (ANEPC) tem tentado descaracterizar os bombeiros, chamando-lhes operacionais. Todos somos operacionais naquilo que fazemos. Mas era bom que no final do dia, nos seus boletins diários, dissessem, dos operacionais, quantos bombeiros lá estão e quantas outras forças lá estão. Basta ver esse mapa anexo do dispositivo para se verificar que, no dia a dia, para as cerca de 12 000 pessoas envolvidas no dispositivo, 10 500 ou 10 600 são bombeiros. Os bombeiros são, de facto, a estrutura fundamental do combate aos incêndios em Portugal. Quer se queira, quer não se queira. Quer se goste, quer não se goste. Na sua maioria são bombeiros voluntários. O que existe é um modelo de bombeiros voluntários no qual a primeira resposta deve ser profissional. Não estamos mais à espera que toque a sirene para poder atender uma urgência, qualquer que ela seja. Mas aquilo que se verificou foi uma mobilização forte, na nossa opinião, Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), um pouco atrasada. Deveria ter sido quando se decretou, e bem, o Estado de Alerta Vermelho. Nessa altura, devia-se ter logo feito essa mobilização e o envio de meios para determinados pontos mais próximos dos locais mais prováveis onde deveriam ocorrer estas situações.

"Aquilo que se verificou foi uma mobilização forte (...) um pouco atrasada. Deveria ter sido quando se decretou, e bem, o Estado de Alerta Vermelho. Esperámos pelos fogos."

Mas isso não aconteceu?
Aconteceu na segunda-feira, mas o alerta foi determinado no domingo. Esperámos pelos fogos e depois tivemos a situação de que alguns autarcas se queixavam, que todos os meios ficavam na Região de Aveiro e não passavam para a Região Norte, para a do Porto. Isso é nitidamente coordenação, comando e controlo. Não é mais nada. Portanto, não negamos a existência da Proteção Civil, antes pelo contrário, dizemos que a Proteção Civil deve estar num patamar superior àquilo que são os agentes de Proteção Civil, como determina a Lei de Bases da Proteção Civil. Os serviços de Proteção Civil são essenciais, mas não podem é querer-se confundir como comandantes diretos dos bombeiros, como têm feito nos últimos anos. Depois sucedem-se erros, que acabam diluídos, porque se diz sempre que não é altura de se avaliar, vamos esperar para o fim, pois vai haver um inquérito, depois o inquérito demora 30 ou 60 dias, e depois toda a gente se esqueceu porque houve um jogo de futebol, ou houve um fenómeno natural à frente. A LBP não. É em cima do acontecimento que diz o que está bem e o que está mal. O que é que esteve bem? Mobilização, capacidade de resposta dos meios e de colocação do dispositivo. O que é que esteve mal? A colocação do dispositivo nos sítios certos e no momento certo, de acordo com aquilo que são as prioridades de uma estrutura. Porque temos de definir claramente o que é que queremos para a vida. Ou queremos responsabilizar uma estrutura de Proteção Civil que assenta na base, na Proteção Civil Municipal e no seu principal responsável, que é o presidente da câmara? Ou não queremos? Nós não podemos é dizer que o presidente da câmara é o primeiro responsável, pedir-lhe para ativar o Plano de Emergência Municipal, o seu Centro Municipal de Operações de Emergência e depois não lhe atribuir meios, no princípio da subsidiariedade. E querer andar a mandar num sítio onde não se deve mandar.

Se houver um Comandante Nacional de Bombeiros, reporta ao Comandante nacional da Proteção Civil?
Reporta ao presidente da Autoridade Nacional de Emergência.
O que nós defendemos mais recentemente, na nossa última proposta, que apresentámos ao Governo e aos deputados, é muito simples. Transformar a Direção Nacional de Bombeiros que já existe na ANEPC, que é hoje um serviço administrativo e técnico, com apoio à formação, também com uma componente operacional. O diretor Nacional de Bombeiros seria alguém com experiência de comando de bombeiros – era, simultaneamente, o inspetor Superior de Bombeiros e, em situações operacionais, era o comandante Nacional Operacional dos Bombeiros. E porquê também isto do inspetor de Bombeiros? Porque o Estado não tem bombeiros. Quem tem são as câmaras municipais e as associações humanitárias. O Estado, ao nível descentralizado, são 18 (de sapadores bombeiros) e depois temos 436 associações humanitárias com bombeiros. Os tais 28 000 (bombeiros). O que podemos fazer, em tempo de não-crise, que era aquilo que o



anos, saberão certamente, não sei se na minha altura, se depois de passar pela LBP, saberão ter a sua independência. Não tenham dúvida disso. Isso e a descaracterização que foi feita aos bombeiros. Lembro-me de, em 97/98, quando se discutia se deveria haver uma junção entre Bombeiros e Proteção Civil e quais eram as vantagens e desvantagens, o padre Vítor Melícias ter recusado, porque entendia que podia verificar-se uma descaracterização da identidade dos bombeiros, coisa que hoje se verifica. Aliás, numa entrevista, penso que neste estúdio, o sr. presidente da ANEPC disse que os bombeiros não tinham capacidade para assumir esse comando. Então e têm capacidade para ser recrutados para a ANEPC? Vestindo a farda azul têm essa capacidade e vestindo de encarnado não têm?

É uma pergunta para o senhor presidente da Proteção Civil. Faz muitas críticas a esta organização, a forma como, como a operacionalidade da organização depois acontece. Mas reconhece que há melhorias na forma como não só se combatem fogos, mas acima de tudo, como se previnem fogos, nos últimos anos, até tendo em conta a experiência que tem de décadas?

As críticas que fazemos é no sentido de que há alguma imprecisão da responsabilidade efetiva de quem é a responsabilidade pelo combate aos incêndios florestais. Reconheço que hoje, em termos de prevenção, estamos melhor do que em 2017. Agora, a questão é se nós estivéssemos tão avançados nessa questão da prevenção, ocorria aquilo que aconteceu nestes últimos dias com 100 000 hectares ardidos?

Há muitas situações que não estão resolvidas, como a limpeza de terrenos, por exemplo.

Parece que é a maioria. Há aqui um paradigma que temos de ver. Será que Portugal ou algum país do mundo tem capacidade para limpar todas as florestas? Ou o problema é um problema de ordenamento florestal? É que se o é, não é em cinco anos que se resolve. É em 10 ou 15. É a mudança de mentalidades. E foi isso que nós chamámos a atenção há dois anos. Dissemos: cuidado, porque este projeto pode ser bom, mas é um projeto a 15 anos. Não é um projeto a cinco.

Serviço Nacional de Bombeiros fazia, é a inspeção aos corpos de bombeiros. Verificar se as leis, do ponto de vista técnico, estão a ser cumpridas. Não queremos ter nada a ver com questões administrativas ou financeiras, que devem continuar a ser a Inspeção de Proteção Civil a fazer. Estamos a falar do ponto de vista técnico. As viaturas, a formação, a prontidão dos homens, tudo isso deve ser feito por uma inspeção técnica. Porque a responsabilidade primeira pelo combate a um incidente é do comandante do Corpo de Bombeiros, da área de atuação própria. Por isso é que ainda continuamos a ter o único comandante de bombeiros de Pedrógão Grande a ser responsável por um incêndio em relação ao qual não tinha nenhuma consciência do que é que se passava a cinco quilómetros de distância. Mas quando chegámos à altura, quem é o comandante do corpo de Bombeiros? É o comandante Augusto Arnaut. Mais ninguém apareceu. É preciso ter esta noção. Já na altura existia a ANEPC e não está ninguém a responder em tribunal por nada.

A maior parte dos chefes regionais da Proteção Civil também são bombeiros ou não?

Isso é pouco importante.

Mas têm experiência, têm capacidade e conseguem fazer coordenação com os bombeiros, não é?

Não é isso que está em avaliação. A questão é que a Proteção Civil tem de perceber qual é o papel dela. Se virmos a Lei de Bases e se tivermos a experiência internacional, é muito mais que mandar bombeiros. A Proteção Civil e a resiliência das populações e dos territórios.

> *"O sr. presidente da ANEPC disse que os bombeiros não tinham capacidade para assumir esse comando. Então e têm para ser recrutados para a ANEPC? Vestidos de azul têm capacidade e vestidos de encarnado não?"*

Eles fazem esse trabalho também...

Não tenho visto. Mas talvez porque tenha andado distraído. A única situação em que a Proteção Civil fez isso foi um trabalho que até foi organizado pela Agência de Gestão Integrada para os Fogos Florestais (AGIF), que é a *Aldeia Segura, Pessoas Seguras*. E fez um excelente trabalho. E também se fez um excelente trabalho quando se atribuiu à GNR a deteção e vigilância. Mas não se atribuiu aos bombeiros o combate. Esse está distribuído por toda a gente e toda a gente quer mandar nos bombeiros. Mas os bombeiros, que existem há mais de 600

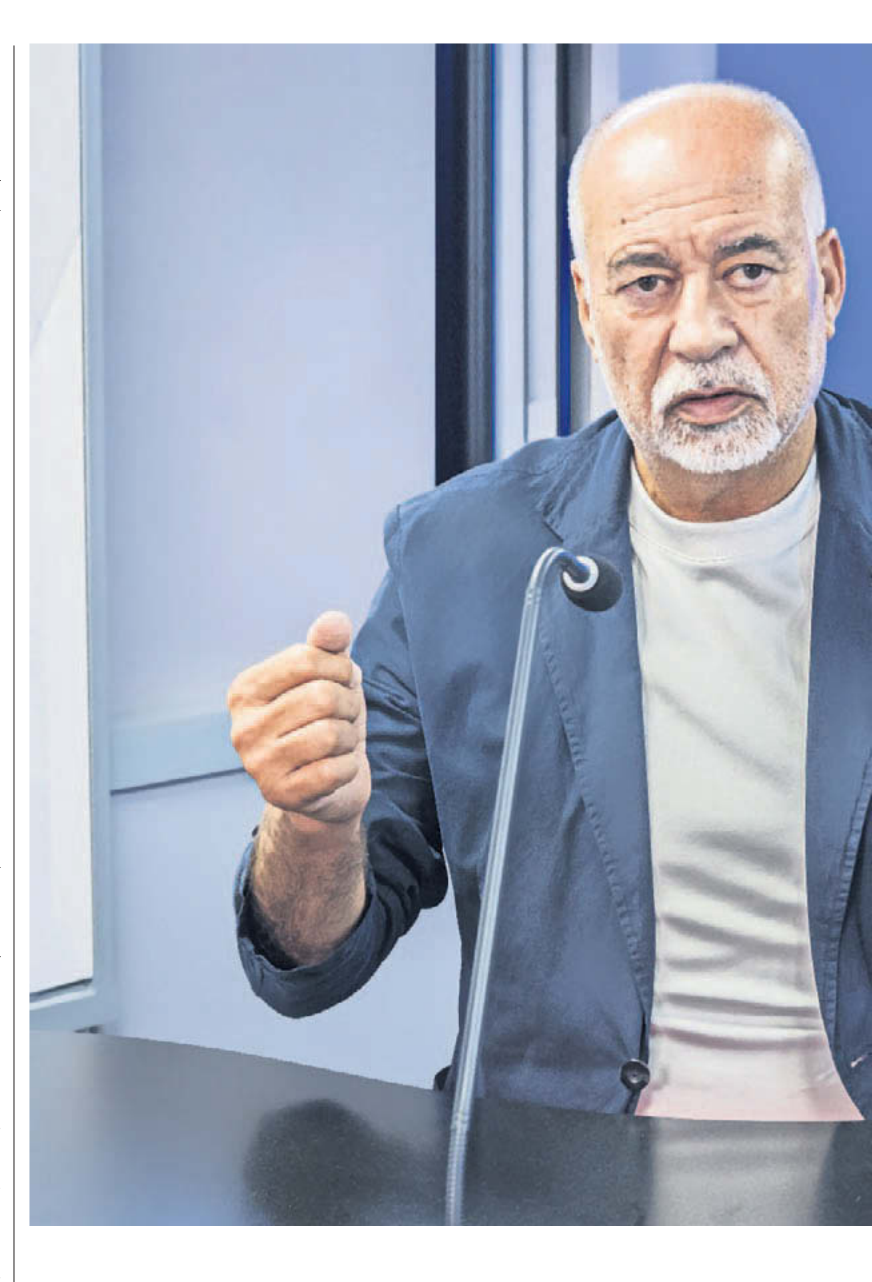
continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

Segundo os último relatório da AGIF, em 2023 foram registados 7523 incêndios rurais, o número mais baixo na análise desde 2001, 61% abaixo da média do período 2010-2019. Isto apesar do aumento do número de dias de maior severidade meteorológica (em 2023 foram 63 e em 2022 foram 61. Houve ainda uma diminuição de 53% da média da taxa de ignições nos dias de elevado perigo de incêndio desde 2001 a 2017 face a 2018-2023... O sistema está assim tão mal?
Que isso representa?
O investimento em prevenção passou a ser desde 2020 superior ao combate. Entre 2018 e 2023, a despesa do Estado totalizou 2,5 mil milhões de euros, sendo que comparativamente a 2017, aumentou 3 vezes, sendo 9 vezes maior em prevenção e 2 vezes maior no combate... Perante estes números consegue dizer que o sistema está a funcionar assim tão mal?
Não estou a dizer que o sistema está a funcionar mal. Estou a falar do sistema de resposta ao combate. Não estou a falar da prevenção.
Mas quanto maior for a prevenção, menos necessidade há de meios para o combate...
Claro que sim. Mas nós temos é de cruzar as linhas. O que é que aconteceu depois de 2017? Toda a gente disse assim: nós temos que apostar na prevenção. E esqueceram-se do combate?
A ANEPC transferiu 65 M€ no ano passado para as Associações Humanitárias de Bombeiros destinados às equipas de combate a incêndios rurais.
Isso é para ressarcir as despesas que cada um dos bombeiros tem para estar no quartel a aguardar que haja um alerta. Não é um investimento. Desde 2012 até agora, quantas viaturas foram entregues pelo Estado aos bombeiros?
Diga-nos.
Do PRR foram 81, que não foram todas entregues este ano. Desde 2012 até 2022 não houve nenhuma entrega de viaturas ao Estado. As viaturas que os bombeiros têm para combate aos incêndios florestais foram obtidas através de verbas que concorreram nos programas da União Europeia, ou de subsídio das câmaras municipais ou recursos próprios das associações humanitárias. O Estado não deu nenhuma viatura. Deu agora 81 em regime de comodato comprada pelo PRR. Se o Estado,quando quer ter uma capacidade de resposta, tem de a montar e só a pode fazer de duas formas: ou tem ele próprio capacidade para o fazer ou então tem de fazer um contrato-programa com cada uma das associações, que é aquilo que nós defendemos.
Mas essa operacionalização também está a ser feita a partir do momento em que o Estado começou a ter uma força especial de bombeiros...
Mas qual força especial de bombeiros? A Força Especial da Proteção Civil tinha 400 homens. Agora tem 230. A força especial da GNR tinha 400. Agora tem 1070. Por isso é que achamos muito engraçado falarem em operacionais.
Mas são operacionais, não são?
Somos todos operacionais. Até quem está a atender o telefone. Não podemos é confundir as coisas. O combate aos incêndios florestais em Portugal é assumido pelos bombeiros. E depois há pequenas bolsas, cuja importância reconhecemos. Por exemplo, a responsabilidade pelo ataque de primeira intervenção aéreo não é dos bombeiros. É feito pela Unidade Especial de Proteção e Socorro (UEPS) da GNR, a cujo comandante já dei os parabéns, no sentido de lhe dizer que ele está a fazer um excelente trabalho. Não me custa nada reconhecer. E eu até era um crítico disso. Mas já que o modelo existe, devemos apoiá-lo, porque se está a funcionar bem, não devemos destruí-lo. Agora, isso não transforma essa situação dos 32 ou 34 ou 35 helicópteros e os cerca de 500 elementos que lá estão na principal força de intervenção. Não, a principal força de intervenção são os bombeiros.

"As imagens não mentem. Nós só queremos ter louros sobre aquilo que nós fazemos. Não queremos que os outros se apropriem do nosso trabalho. Se errarmos critiquem-nos."

Essa é uma perceção que toda a gente tem, a de que são os bombeiros que combatem os incêndios...
As imagens não mentem. Agora escusamos é de depois, ao final do dia, dizer que tivemos lá 700 operacionais. Nós só queremos ter louros sobre aquilo que nós fazemos. Não queremos que os outros se apropriem do nosso trabalho. Se errarmos critiquem-nos.
Uma das, para mim, novidades que aconteceu durante estes últimos dias foi que, além do recurso a meios aéreos ao abrigo do Mecanismo Europeu de Proteção Civil, recebemos também de Espanha uma unidade militar. É algo que faz falta existir em Portugal?
Já temos com a UEPS.
Só que nós escolhemos um modelo diferente. Eles podiam ter posto isto na Guarda Civil e não puseram...
A Europa toda colocou isso nos militares. Era o nosso modelo. Em França está tudo apoiado em unidades de Engenharia que são militarizadas e integram dentro da *Securité Civile*. Em Espanha, eventualmente têm umas Forças Armadas mais musculadas do que as nossas. Aliás, nós temos uma unidade dessas em Abrantes. Só que não tem o número de efetivos que tem em Espanha. Portanto, foi determinado que fosse a GNR. Hoje, vendo a proficiência que eles têm, reconheço que têm um trabalho excelente e são uns parceiros dos bombeiros.
Voltando às contas, consegue dizer-me se houve mais ou menos investimento nos últimos dez anos nos bombeiros? Tem números concretos?
Não tenho aqui os números concretos sobre isso. A evolução geral é que as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários estão subfinanciadas. Algumas delas vivem de mão estendida e muitas só conseguem sobreviver com o auxílio das câmaras municipais. É um dos problemas que temos e que temos vindo a chamar a atenção dos políticos. Não é do Governo, é dos políticos. Tenho tido reuniões com todos os partidos políticos na Assembleia da República. Estamos na quarta ou quinta ronda sobre esta matéria. Por uma razão simples: as câmaras municipais não são obrigadas. Do ponto de vista da ética, da moral e da corresponsabilização, com a figura do presidente da câmara como primeiro responsável pela Proteção Civil, vão ajudando os bombeiros. E se não fosse essa ajuda, então os bombeiros estavam muito pior. Temos situações em que há municípios que colocam 2 milhões de euros por ano nos seus corpos de bombeiros.
Quando as associações de bombeiros são criadas é tido em conta alguma perspetiva estratégica global? Ou seja, há aqui alguma forma de olhar para o país e perceber as áreas de maior risco...
Já não se criam associações há mais de 30 anos.
Mas as que existem agora estão nos sítios certos, com os meios adequados?
Com 436 Associações de Bombeiros haverá algumas que não estão nos sítios certos.
Não podia ser feito algum tipo de planeamento e de reorganização dessa estrutura?
A Liga é contra, por uma razão simples, porque é a livre iniciativa dos cidadãos. A responsabilidade da segurança é do Estado. *No security* e *no safety*. Foram as populações que, vendo que o Estado há 150 anos não conseguia, de uma forma organizada, ter uma viatura de combate a incêndios, ter uma ambulância-auto, se organizaram. Criaram as suas associações humanitárias. Estão reconhecidas legalmente e não faz muito sentido que o Estado agora venha a dizer bom, eu dei há 30 anos essa autorização, mas agora pensei melhor...
Mas não faria sentido, de facto, reorganizarem-se?
Mas quem é que vai dizer à população de uma determinada localidade que construiu, porventura até o seu quartel, que tem os seus homens e as suas mulheres a combater os seus incêndios e que está próximo da população que talvez fosse melhor reorganizar-se? Já aconteceu. Espinho fez isso. Há liberdade para isso. Não me parece é que tenha de partir do Estado. Tem de partir da própria sociedade e as associações que entendam que serão mais fortes, na defesa das suas populações, se se junta-





rem, não temos nada contra. Mas agora cortar verbas ou procurar dizer que se maximiza verbas se houver junções, não me parece que essa seja a solução, porque num caso poderá ser vantajoso e noutros pode não ser.

Mas se estão a exigir verbas do Estado também o Estado pode exigir que prestem contas e que vejam exatamente qual é o papel que cada uma das associações tem nos seus locais....

As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários são obrigadas a entregar na ANEPC, até ao dia 30 de junho de cada ano, o seu *Relatório de Atividades e Contas*. Em 2022, o INE deu este número, que é importante: entre o valor da receita e das despesas das associações há um défice de 100 milhões. O Estado dá às 436 associações humanitárias 33 milhões por ano, dados de 2024. Veem a miséria que isso é.

Acresce todas as missões que pede às associações...

Já lá vamos. Interessante é que o Estado entrega 33 milhões e as associações entregam ao Estado 35 milhões em TSU. Agora, outra questão. Em 1979, a Assembleia da República, e bem, determinou que as taxas dos vários seguros de incêndio constituíam uma receita para o, na altura, Serviço Nacional de Bombeiros, apoio aos bombeiros. Onde está essa receita hoje? Na ANEPC.

Não é a ANEPC que distribui?

Até é interessante que na própria lei da ANEPC há um artigo que diz que os bombeiros têm um orçamento próprio dentro do orçamento da ANEPC. Nunca foi feito, desde 2019. Portanto, o que dizemos é que o Estado cumpra a lei. Cumpra as duas resoluções da Assembleia da República a dizer que os serviços de emergência hospitalar têm de ser ressarcidos aos bombeiros pelo valor real. Nós, para termos uma equipa de oito homens ou mulheres 24 horas, 365 dias por ano por uma ambulância de Posto de Emergência Médica (PEM), custa 12 000€ por mês. O INEM está a pagar-nos seis mil, 50%. Portanto, paguem às associações humanitárias o trabalho que prestam à sociedade, porque se não for às associações humanitárias, há de ser a alguém. Temos de transportar os doentes urgentes e emergentes, combater incêndios, fazer o *rescue* nos acidentes rodoviários e temos de transportar os doentes à hemodiálise, à fisioterapia.

Escutou com certeza a expressão do senhor primeiro-ministro, na conferência de imprensa que deu a seguir ao Conselho de Ministros, sobre interesses que sobrevoam os fogos rurais. O que é que leu nessas palavras?

Sinceramente, não tenho muita opinião sobre essa matéria e todos nós também sabemos que em cada ano, quando existe um elevado número de incêndios florestais, se fala dos interesses mais variados. Já ouvi de tudo e mais alguma coisa. Umas vezes eram os contratos dos aviões, outras vezes eram os madeireiros, outras vezes era o turismo, outras vezes tudo e mais alguma coisa. Não tenho nenhuma informação sobre isso. Ao longo do tempo o que se veio a verificar é que a maioria dos incêndios ou são causados por negligência, ou são causados por alguém, ou por um conjunto de pessoas que tem alguma vingança pessoal para o fazer. Não estou a desvalorizar nada. Acho muito bem que tenha sido constituída uma equipa especial de investigação dos incêndios, porque nós também precisamos de esclarecer isso de uma vez por todas. Deixe-me dizer mais: o Governo, nestes incêndios, tem andado bem quanto a cria um grupo para acompanhar já a fase da recuperação e reabilitação. Não teve a tentação de dizer: vamos lá primeiro acabar com isto e depois olhamos para esta situação. Eu sempre defendi isso. A proteção civil é por etapas, enquanto que alguns estão na prevenção, outros no combate, outros na reabilitação e recuperação. E tudo em simultâneo, porque quando uma frente de fogo é extinta, posso ir imediatamente olhar para estas pessoas. Não preciso de esperar o fim. Quem esteve mal nesta situação foi quem tem hoje a responsabilidade pela mobilização de meios, com a falta de coordenação, comando e controlo que houve no terreno.

A Proteção Civil especificamente?

> *"O Governo nestes incêndios tem andado bem, ao criar um grupo para acompanhar já a fase da recuperação e reabilitação. Não teve a tentação de dizer: vamos lá primeiro acabar com isto e depois olhamos para esta situação."*

A Proteção Civil especificamente. Quando temos quatro bombeiros falecidos, três dos quais numa frente de combate que morreram a lutar para salvar vidas e os seus bens, tem de haver responsabilidades e nós não somos daqueles que dizemos que é no fim que se procuram responsabilidades, que não é no momento. Já o disse e volto a dizer: se fosse eu que estivesse à frente da Proteção Civil, independentemente do apuramento de responsabilidades que possa haver, não teria convivido com esta situação. Teria ido embora nesse dia.

Até porque houve afirmações anteriores sobre esta matéria, até no Parlamento, sobre as questões de 2017. Nós, LBP avisámos: cuidado que 2017 não é um epifenómeno, 2017 pode repetir-se. Felizmente que através destes programas *Aldeia Segura, Pessoas Seguras* e da consciencialização que houve, isso não aconteceu. Mas, entretanto, houve críticas porque houve autoestradas em que as pessoas ficaram lá dentro. Portanto, isto não está tão bem como diziam. Gostamos de pintar bem o quadro, mas é preciso ir depois às pinceladas mais pequeninas, porque é nelas que, se calhar, encontramos... Somos muito bons a começar coisas, mas depois deixamos tudo e acreditamos que temos uma proteção divina que às vezes não funciona.

Isso que está a dizer de assunção de responsabilidades é em termos operacionais ou em termos administrativos, da Proteção Civil? Os dois?

Sim.

Mas não abrange a nível político?

Não temos, neste momento, nenhuma razão para pedir responsabilidades políticas. Os políticos acreditaram que a estrutura funcionava. Mas, a seu momento, também iremos lá. Isso sim, é no final. Porque nós avisámos que o modelo não funcionaria. Iremos perguntar a quem informámos que o modelo tinha de ser reajustado e que assim não ia funcionar. Vamos perguntar por que é que se continua a pagar 2,80 euros aos bombeiros à hora; por que é que os bombeiros profissionais nos corpos das associações humanitárias não têm um quadro; por que é que os seguros não foram atualizados e agora temos quatro mortos para indemnizar. Não vamos deixar esquecer o assunto.

Nas últimas três décadas trabalhou com vários ministros em várias áreas, mas especialmente na Administração Interna e na Economia, porque foi um alto dirigente do Estado. Estando agora do lado de fora, sente evolução na forma como quem governa comunica, não só com os parceiros que estão no terreno em situações destas, como com a população? E, concretamente, em relação à atual ministra da Administração Interna?

Sobre o Ministério da Administração Interna não faço comentários, porque muitas das coisas que eu acabei agora aqui a dizer foram todas entregues, logo no início, e vamos pedir satisfações quando chegar a altura. Sabe que o mundo mudou, o mundo comunicacional mudou. Tudo mudou.

Para melhor ou para pior nessa parte?

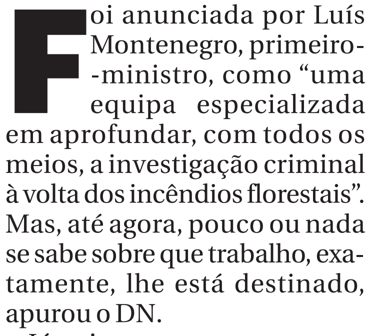
Na minha perspetiva, houve situações que foi para pior. Sabe que sou de um tempo da Administração Pública, onde passei exatamente 40 anos e percorri todos as categorias, desde o chefe de divisão até ao diretor-geral, numa altura em que ia a despacho de ministros, levava uma proposta e o ministro perguntava: o que é que quer que eu decida? E o diretor-geral dizia: olhe, senhor ministro está assim, assim, assim, a decisão deve ser neste sentido. Ele pegava na caneta e fazia o despacho. Hoje não. Hoje acho que a tendência é o receio permanente da tomada de decisão. As direções-gerais, os institutos públicos perderam a confiança daquilo que era a sua autonomia técnica, não política, mas técnica. Isto hoje reflete-se um pouco na Administração Pública, que é talvez mais lenta na resposta ao cidadão.

Novas equipas anunciadas pelo Governo para os fogos aguardam modelo de funcionamento

INCÓGNITA A intenção é chegar a responsáveis na origem dos fogos, mas não se sabe com que recursos. Executivo aperta a malha aos incendiários e já anunciou, entretanto, uma outra equipa especial de investigação.


O incêndio em Vila Pouca de Aguiar foi um dos mais preocupantes durante o dia de ontem.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**


Foi anunciada por Luís Montenegro, primeiro-ministro, como "uma equipa especializada em aprofundar, com todos os meios, a investigação criminal à volta dos incêndios florestais". Mas, até agora, pouco ou nada se sabe sobre que trabalho, exatamente, lhe está destinado, apurou o DN.

Já existem neste momento duas equipas "multidisciplinares para a redução de ignições", uma destinada à Região Norte e a outra focada na Região Centro – as duas zonas do território nacional que mais fustigadas têm sido pelos incêndios que se fazem sentir desde domingo.

Estes operacionais, que já estão no terreno, contarão ainda com o apoio de magistrados do Ministério Público (MP), segundo a resolução do Conselho de Ministros extraordinário do passado dia 17.

No final desse encontro, o primeiro-ministro anunciou a criação e o reforço destas equipas que, segundo noticiou o jornal *Público* na edição de ontem, já existem há três anos. Ainda que com outra formulação (Grupos de Trabalho para a Redução das Ignições em Espaço Rural), o objetivo era exatamente o mesmo: "Reforçar a investigação dos incêndios rurais, em especial nos territórios com elevados níveis de causalidade indeterminada ou com causas de tipologia dolosa."

Até a distribuição dos elementos, segundo o despacho assinado por Francisca van Dunem, então ministra da Justiça, era semelhante. Esses dois grupos de trabalho seriam sediados em Vila Real e na Lousã.

Estes grupos de trabalho até já permitiram à Polícia Judiciária fazer detenções. Exemplo disso é o homem detido na região de Braga, no passado dia 13 de setembro (ainda antes do período crítico de incêndios), suspeito de atear oito fogos entre 19 de julho e 4 de setembro deste ano.

Margarida Blasco, ministra da Administração Interna, anunciou ontem que além das equipas prometidas pelo primeiro-ministro, o Governo constituiu ainda uma equipa especial de investigação aos incêndios para "destrinçar" os fogos por negligência daqueles com origem criminosa.

Na próxima segunda-feira, haverá um primeiro encontro desse grupo (liderado por Luís Montenegro), que vai contar com Blasco e com a ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice. A Procuradora-Geral da República, Lucília Gago, também estará presente, além dos responsáveis máximos da PJ, PSP e GNR.

Tecnologia permite estudar origem dos incêndios

O homem detido em Braga é apenas um na longa lista de detenções que a PJ e a GNR têm feito nos últimos dias. O número de detidos desde domingo já ultrapassa a dezena de suspeitos.

As detenções da PJ e GNR têm sido possíveis com o auxílio e o recurso à tecnologia. Com isto, as autoridades têm conseguido investigar os incêndios onde existem suspeitas de dolo.

> A ministra da Administração Interna anunciou que, além de equipas no terreno, vai haver ainda um grupo de investigação que junta ministros, autoridades e a Procuradora-Geral da República. Primeira reunião acontece segunda-feira.

Mas não só. O próprio combate às chamas, segundo a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), tem recorrido à tecnologia.

De acordo com André Fernandes, comandante nacional da ANEPC, Portugal tem utilizado o sistema europeu de satélites, o *Copernicus*, para avaliar as "frentes de fogo" e a direção dos incêndios. Isto permite um ataque às chamas mais coordenado e célere, explicou o responsável no balanço diário da passada quarta-feira.

Já depois de ter recorrido à ajuda de parceiros da União Europeia, no âmbito do Mecanismo Europeu de Proteção Civil, Portugal recebeu ontem mais um apoio. Numa publicação na rede social X (antigo Twitter), Andrii Sybiha, ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, anunciou que o país disponibilizou um avião de combate a incêndios, de fabrico ucraniano,


PEDRO SARMENTO COSTA / LUSA

No combate a estes incêndios, a Proteção Civil tem utilizado o sistema europeu de satélites, *Copernicus*, para agilizar o combate e ser mais eficaz. A tecnologia tem também sido utilizada pelas autoridades para investigarem a origem dos incêndios onde suspeitam que pode ter havido dolo.

juntamente com uma equipa, "para apoiar os esforços".

Entretanto, as equipas de França, Espanha e Itália colocaram oito aviões no combate aos incêndios em Portugal. Houve ainda uma oferta da Grécia, que foi recusada por motivos operacionais, explicou à Antena 1 João Silva, oficial de ligação da Comissão Europeia no terreno.

Alguns destes meios já foram, entretanto, desmobilizados – mas o reforço de duas unidades espanholas ainda se mantém.

Ministra garante que tudo foi feito atempadamente

Pelas 20.00 horas de ontem, antes da habitual conferência de imprensa da ANEPC, a ministra Margarida Blasco falou pela primeira vez desde o início dos incêndios, garantindo que "tudo foi feito atempadamente" e que não foi ao terreno porque as recomendações de "boas-práticas" assim indicam.

Segundo a ministra da Administração Interna, "nestes dias críticos" o país teve ao serviço "o maior dispositivo de combate de incêndios de sempre".

Confrontada com as críticas da presidente da câmara de Arouca, que referiu ter tentado contactar a governante, mas que esta não atendeu por ter o telemóvel desligado, Margarida Blasco esclareceu: "Não tenho esse telefonema. O número de telefone que lhe foi dado não era o meu."

Já sobre as críticas à coordenação do combate aos incêndios, preferiu nada dizer. E também não respondeu à pergunta sobre se sentia estar fragilizada no seu cargo.

Sobre as alegadas falhas na rede SIRESP – que fonte no terreno apontou ao DN –, a ministra refere não ter "registo de quebras".

De acordo com o *briefing* da ANEPC, feito depois da intervenção da ministra, perto das 20.30 de ontem, os incêndios em Portugal fizeram, até àquele momento, cinco mortos e 90 feridos (12 dos quais graves). Acerca da divergência dos números em relação aos noticiados – que apontam para, pelo menos, mais três mortos –, o comandante nacional da Proteção Civil justificou que os números estavam "fechados com o INEM", que não tinha reportado mais nenhum óbito àquela hora.

MAIS DADOS

121 MIL HECTARES ARDIDOS ESTA SEMANA

A área ardida em Portugal Continental desde domingo ultrapassa já os 121 mil hectares, segundo o sistema europeu *Copernicus*, que mostra que nas zonas mais atingidas pelos incêndios nos últimos dias, nas regiões Norte e Centro, já arderam 100 492 hectares. A sub-região de Viseu-Dão-Lafões é a mais afetada pelos incêndios que lavram desde o fim de semana, com 36 358 hectares de área ardida. No total, a área atingida pelas chamas em Portugal, neste ano, ultrapassou já os 144 mil hectares, 84% dos quais apenas nesta semana, o que faz deste o pior ano desde 2017.


MIGUEL PEREIRA DA SILVA / LUSA

CHUVA PODE PROVOCAR DESLIZAMENTOS

A Proteção Civil indicou que as próximas horas "ainda vão ser complexas" em relação aos incêndios e alertou para a chuva forte prevista para hoje e amanhã, que pode provocar deslizamento de terras nas zonas afetadas pelos fogos . O comandante nacional André Fernandes apelou a que sejam tomadas medidas preventivas e indicou que "já foram dadas orientações para que se iniciem os trabalhos de estabilização".

POEIRAS E CINZAS VÃO CONTINUAR NO AR

Uma nuvem de dióxido de carbono, dióxido de enxofre e dióxido de azoto provocada pelos incêndios tem afetado gravemente a qualidade do ar no norte e centro. O presidente da Associação de Médicos de Saúde Pública, Tato Borges, alertou na RR que "as poeiras e as cinzas irão continuar no ar" por um ou dois dias após os incêndios, reforçando avisos para que as saídas à rua sejam reduzidas nessas zonas.


PAULO NOVAIS / LUSA

HOJE É DIA DE LUTO NACIONAL

O Governo decidiu, "em articulação com o Presidente da República", decretar para hoje um dia de luto nacional, de forma a "expressar, em nome do povo português", o "profundo pesar e solidariedade para com as vítimas trágicas" dos incêndios, anunciou, na conferência de imprensa do Conselho de Ministros, o ministro da Presidência, António Leitão Amaro.

PSD quer Parlamento a avaliar combate aos fogos

O PSD entregou uma proposta de criação de uma comissão eventual para avaliar o Sistema de Proteção Civil e a prevenção e combate aos incêndios de 2024.

O anúncio foi feito pelo líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, no final da reunião da bancada, dizendo que será uma proposta conjunta com o outro partido que apoia o Governo, o CDS-PP.

Hugo Soares admitiu que "não é comum" que sejam os partidos que suportam o Governo a avançar com este tipo de comissões, mas defendeu que será uma oportunidade para se debater "de forma séria e madura" os grandes incêndios dos últimos dias, que causaram sete mortes, mais de uma centena de feridos e dezenas de casas destruídas. "Por força desses trágicos acontecimentos, decidimos propor ao Parlamento a criação imediata de uma comissão eventual para a avaliação do Sistema de Proteção Civil, de prevenção e de combate aos incêndios de 2024", disse.

O líder parlamentar do PSD defendeu que é "já o momento", de "sem jogo partidário, sem aproveitamento político", o Parlamento fazer esta avaliação "séria e madura", deixando uma palavra de pesar às vítimas e de solidariedade às forças no terreno, em especial aos bombeiros.

Na véspera, o PS manifestou a sua disponibilidade para, caso necessário, haver um consenso com o PSD para mudar leis. Com isto, a comissão proposta pelos sociais-democratas poderá vir a ser viabilizada.

Ontem, o Chega também anunciou que vai propor um Inquérito Parlamentar sobre o combate aos incêndios desde Pedrógão Grande, em 2017, até aos dias de hoje. Isto por entender que "é preciso ir mais longe" do que ficar apenas pela comissão proposta pelo PSD.

DN/LUSA



Albuquerque pôs em causa denúncias que deram origem ao inquérito.

HÉLDER SANTOS / ASPRESS

Governo de Miguel Albuquerque pressionado por *Operação Ab Initio*

MADEIRA Investigação de suspeitas de que concursos públicos terão servido para pagar dívidas de campanha inquieta membros do Executivo Regional social-democrata. Oposição espera para ver.

TEXTO **LEONARDO RALHA**

A *Operação Ab Initio*, que investiga suspeitas de concursos públicos terem servido para saldar dívidas do PSD no âmbito da campanha para as Eleições Regionais madeirenses de 2023, está a fragilizar ainda mais o Executivo minoritário de Miguel Albuquerque. E nem as suas garantias de que as contas demonstram que não houve financiamento ilícito sossegam os sociais-democratas.

Depois de o secretário-geral do PSD-Madeira, José Prada, ser alvo de buscas e constituído arguido ontem de manhã, tendo de ser levantada a sua imunidade enquanto deputado na Assembleia Legislativa Regional, o DN apurou que o grau de inquietação se elevou entre os governantes madeirenses, ainda que nenhum dos atuais esteja envolvido na investigação judicial. Mas entre os oito detidos pela Polícia Judiciária na terça-feira estão o ex-secretário Regional da Agricultura, Humberto Vasconcelos, e o atual presidente da Câmara da Calheta, Carlos Teles.

O acréscimo de pressão sobre o PSD-Madeira, que se manteve no poder, ainda mais minoritário, após as eleições antecipadas de 28 de maio, levou Miguel Albuquerque a questionar o inquérito judicial que investiga crimes de prevaricação, participação económica em negócio, financiamento partidário e recebimento indevido de vantagem, através de adjudicações por entidades públicas regionais, estando sob investigação pelo menos 25 concursos públicos. "Não deixa de ser estranho que neste momento exista um conjunto de denúncias anónimas contra os órgãos do Governo, com objetivos eminentemente políticos", disse.

Já a oposição aguarda o desenrolar da *Operação Ab Initio*, com as medidas de coação dos detidos – que incluem o ex-diretor Regional da Agricultura, Paulo Santos, os empresários Humberto Drummond e Miguel Nóbrega, o gestor público Bruno Freitas, e duas funcionárias da Secretaria Regional da Agricultura – a deverem ser conhecidas hoje.

> Líder regional do Chega, essencial para sobrevivência do Governo Regional, admite moção de censura se Miguel Albuquerque vier a ser implicado.

Empenhado na Comissão de Inquérito aos incêndios na Madeira, o socialista Paulo Cafôfo mantém-se na expectativa, até porque o Governo Regional tem dependido do Chega, com três dos seus quatro eleitos a absterem-se para viabilizar o Programa do Governo que só teve votos favoráveis do PSD, CDS e PAN.

Atual líder regional do Chega, Miguel Castro, que no domingo saberá se é reeleito, disse ao DN que "todas as implicações do presidente do Governo Regional em casos de corrupção que possam surgir, assim como a falta de compromisso com o acordado com o Chega para a viabilização do Programa do Governo e passagem do Orçamento Retificativo, serão passíveis de apresentação de moção de censura pelo nosso grupo parlamentar".

Sem poder apresentar uma moção de censura, pois é deputada única, Mónica Freitas realçou que "não se sabe ainda muito sobre o processo" e considerou "lamentável" que envolva detentores de cargos públicos, pois "descredibiliza as instituições, comprovando ser preciso apostar em medidas de combate à corrupção, maior transparência e rigor nos contratos públicos". Mas as palavras de ordem do PAN são "acompanhar" e "aguardar".

Para o deputado da Iniciativa Liberal, Nuno Morna, embora os processos judiciais da *Operação Ab Initio* tenham o PSD-Madeira como "denominador comum a outros processos que ainda decorrem", envolvendo "figuras de destaque em cargos regionais, partidários e autárquicos e a aparente promiscuidade com algum tecido empresarial", há que deixar que a Justiça "siga o seu curso sem interferências externas ou julgamentos precipitados".

Chega escolhe líder regional no domingo

O Governo minoritário de Miguel Albuquerque ficará ainda mais ameaçado se mudar a liderança regional do Chega, que será eleita neste domingo. Além de Miguel Castro, atual presidente e líder parlamentar, vão a votos a deputada regional Magda Costa e o deputado municipal José Fernandes, sendo os últimos muito críticos da viabilização do Programa do Governo decidida por Castro – causando uma cisão entre Magda Costa e o resto do grupo parlamentar. Os três fizeram na quarta-feira o que a jornalista da RTP-Madeira qualificou de "debate aceso", no qual o líder atrás da reeleição disse sentir-se "envergonhado" após Fernandes lhe perguntar se não estava na política "também para ganhar dinheiro". Já Magda Costa pediu "imensa desculpa" por os colegas de bancada terem viabilizado o Programa do Governo.



Opinião
António Capinha

O fracasso do Estado

Não há um dia que não sejamos, desagradavelmente, surpreendidos por um qualquer momento de fracasso do Estado. Ou é a fuga, meticulosamente, preparada por cinco perigosos delinquentes que se evadiram porque os guardas da prisão, ou os seus responsáveis máximos, não fizeram, corretamente, o seu trabalho de modo a evitar a fuga, ou são os incêndios que, apesar do crescimento de meios de combate, periodicamente, nos batem à porta. Depois de promessas várias, reformas da floresta, reforço de meios, mais sapadores florestais, o envolvimento da GNR, alterações legislativas, obrigatoriedade de limpezas de terrenos, basta que os deuses alinhem os fatores meteorológicos com muito calor, algum vento e quase nenhuma humidade para que os incêndios se propaguem com casas a arder e vítimas mortais.

Depois, lá vêm as afirmações oficiais, vazias de conteúdo! Marcelo diz que "aprendemos com a experiência", (gostávamos de saber o quê), Montenegro avisa-nos que "serão horas difíceis nos próximos dias". Pois é, já constatámos que sim!

Todavia, não há uma palavra sobre o que, verdadeiramente, importa no combate aos incêndios. Eu que vou, frequentemente, ao Alentejo verifico o crescimento desmesurado do plantio de eucalipto. Onde, antes, havia forragem para o gado, ou sobreiros e azinheiras, cresceram eucaliptais a perder de vista. A tão propalada reforma da floresta, o PDM florestal, que deveria promover um salutar equilíbrio no plantio de espécies florestais resistentes ao fogo, não passa de uma miragem. E os eucaliptos crescem à medida da ganância dos interesses da indústria da celulose. Sobre esta realidade não se ouve um pio governamental ou presidencial. Sabe-se lá como está a tão falada reforma florestal!

Dizem-nos que a maioria dos incêndios tem mão criminosa. Mas de quem? Faço perguntas, não acusações. São os pastores para obterem forragem nova para o seu gado? Os madeireiros, para tornarem mais barato o preço da madeira? É a indústria da celulose para ganhar novos espaços para o cultivo do eucalipto? São as empresas detentoras de aviões de combate aos incêndios? São pirómanos loucos com fascínio pelo fogo e prazer de verem as chamas destruírem o património florestal? Afinal quem são os responsáveis? Seria bom que, um dia, as autoridades policiais e judiciais nos esclarecessem. Quem está por trás desta calamidade nacional?

Quando nos bate à porta a inevitabilidade meteorológica na temperatura, humidade e vento de feição, lá surge a mão criminosa, indecifrável, desconhecida, a atear o fogo numa qualquer floresta do país. Alguma desta gente é conhecida, sabe-se quem são. A Polícia Judiciária tem uma base de dados de incendiários mas, preventivamente, nada pode ser feito para evitar que atuem, porque a legislação não permite uma detenção preventiva ou uma atenção mais vigilante das autoridades judiciais, porque a lei não contempla essa opção. Mas por que raio não se altera a lei?

Depois, as chamas alastram e os meios, sobretudo aviões, lá levantam voo num combate de horas que nos custa os olhos da cara por cada hora de voo.

Enquanto a floresta arde são criados novos organismos institucionais como o AGIF, a quem compete a coordenação estratégica e a avalização integrada dos fogos rurais. Lá são contratados novos quadros, pagos a peso de ouro, com onerosas ações de formação no estrangeiro, mas cuja atuação no terreno não se faz sentir. E a floresta continua a arder.

Há uma inexplicável e preocupante falta de articulação nos vários agentes institucionais encarregados de prevenir e combater os incêndios. Onde deveria haver articulação e ligação entre instituições há caos. Na habitual lógica de "cada um no seu quintal", não existe uma articulação entre os ministérios do Ambiente e da Administração Interna. Apesar das promessas, dos anúncios, do sistemático reforço de meios, a floresta arde todos os anos. É o dinheiro dos impostos dos portugueses gasto, inutilmente, sem o resultado que se deveria conseguir. Seja na fuga de cinco perigosos delinquentes ou nas labaredas que, anualmente, marcam presença nas nossas florestas, é o Estado a fracassar nas suas funções vitais.

Jornalista



Opinião
Miguel Romão

Pudor e despudor coletivos: Harris e Trump na montra do tempo

As próximas Eleições Presidenciais norte-americanas são, independentemente do seu resultado, um bom mostruário do mundo político do nosso tempo. A relevância global dos Estados Unidos, democracia referencial para boa parte do globo, assim o ditaria sempre, mas o perfil dos dois principais oponentes – e o seu significado coletivo – representa um padrão de liderança e de possibilidades cívicas para boa parte do Mundo Ocidental e não só.

A minoria de pessoas deste planeta que vive em democracias reais, mesmo com as suas limitações e dificuldades intrínsecas, tem a felicidade de poder escolher a sua liderança comum. Os modelos Kamala Harris e Donald Trump são um excelente exemplo do tipo de escolhas paradigmáticas deste tempo, que poderiam ser classificadas em termos de pudor-despudor. Não aqui o pudor estruturalmente íntimo e associado a uma vivência de moralidade, mas o pudor coletivo, ou a falta dele, aquele que pode levar a aceitar como bom na comunidade o que se recusaria em casa ou apenas para nós próprios.

Donald Trump é o filho de um construtor civil, feito na pegada do pai, que se gabava de não pagar impostos. Casado com uma ex-modelo estrangeira, mas envolvido com atrizes de filmes pornográficos, a quem pagou um mal-amanhado silêncio e, mesmo assim, o grande zelador da pureza branca das fronteiras norte-americanas e da moral dos mais estritos costumes. Trucidador de conselheiros e de conselhos avisados e capaz de mentir e de dizer a verdade com a mesma convicção, por aparente e momentâneo capricho ou por esperteza comercial, mais repentina ou mais produzida. Encarnando, portanto, as expectativas e os sonhos de um homem médio, que se pensaria impossível quando projetado para um discurso e uma decisão comuns, mas que existe, que nele vota e é capaz de o defender, de forma até irracional e criminosa, como se viu no episódio de ataque ao Capitólio. É, assim, a demonstração de um despudor coletivo, que vai para a rua legitimado como nunca nas últimas décadas, se torna opção política e assume o poder.

Kamala Harris é, de facto, basicamente o oposto. Nessa medida, estruturalmente conservadora, dentro das roturas que evidencia. Porque vem de uma construção de bom senso e de prudência na escolha política, porque sabe que a irracionalidade dos caprichos, dos apetites e da vaidade pessoal não é boa conselheira e tem, no exercício do poder, de ser continuamente limitada. O poder, na sua encarnação terrena, é algo que, por natureza, tem de ser controlado e autocontrolado. O poder é algo que exige pudor no seu manejo e contenção, mesmo que simultânea clareza, no modo como é projetado na vida dos demais.

Estes dois exemplos cimeiros de despudor e de pudor na liderança política são mimetizados na realidade política de outros espaços, em que o confronto cada vez mais replica a dimensão de aparência lúdica com que a vida se tem revestido, mesmo quando apenas para diluir novas escravaturas e novas dependências. A idealização do mundo torna-se conservadora, a loucura torna-se normal. O que não é nada de novo: mas pensou-se, a dado momento, que não voltaria.

> **"A idealização do mundo torna-se conservadora, a loucura torna-se normal."**

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Mais de dois milhões de vacinas já estão nas farmácias para começarem a ser dadas hoje

GRIPE E COVID-19 Presidente da Associação Nacional das Farmácias, Ema Paulino, diz que tem "tudo pronto" para a vacinação na época de 2024-2025. Já há agendamentos para o primeiro dia e para o fim de semana e não são esperados constrangimentos no acesso: "Este ano há mais vacinas disponíveis para a primeira fase" e mais farmácias a participar.

TEXTO **ANA MAFALDA INÁCIO**

As farmácias comunitárias que participam na campanha de vacinação contra as infeções respiratórias na época de 2024-2025 já receberam 1,4 milhões de vacinas contra a gripe para começar a administrar a partir de hoje, em simultâneo com a vacina contra a covid-19, às pessoas entre os 60 e os 84 anos ou que integrem os grupos de risco elegíveis pela Direção-Geral da Saúde (DGS).

Segundo a presidente da Associação Nacional das Farmácias (AFN), Ema Paulino, "está tudo preparado, do ponto de vista logístico, para que a vacinação comece neste dia 20. Há mais de um milhão de vacinas contra a gripe para esta primeira fase da vacinação e, em relação à covid-19, há quase outras tantas disponíveis para serem pedidas pelas farmácias de acordo com as suas necessidades". Para este primeiro dia, Ema Paulino diz que já há agendamentos, bem como para o fim de semana e semanas seguintes, embora não consiga quantificar em número, porque – e apesar de a ANF ter uma plataforma *online* específica para o agendamento – "as pessoas continuam a preferir ir marcar ao balcão presencialmente".

A DGS confirmou também ao DN que, "no início da campanha, estão disponíveis 1,4 milhões de vacinas contra a gripe (das quais 228 mil são de dose elevada) e 1,2 milhões vacinas contra a covid-19", mas, ao todo, foram adquiridas pelo Estado 2,5 milhões de vacinas contra a gripe (mais 360 mil de dose elevada), e 2,1 milhões de vacinas contra a covid-19 para o continente e Regiões Autónomas. A autoridade de saúde informa ainda que "o plano de entrega das vacinas, que se irá estender de setembro a novembro de 2024, está devidamente definido, sendo a logística da responsabilidade do SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais".

Para esta época, a DGS decidiu antecipar a vacinação para dia 20 de setembro, já que costuma iniciar-se no final de setembro ou princípio de outubro – em 2023, teve início a 29 de setembro. Mas prolongou-a também. Em vez de terminar a 31 de dezembro irá decorrer até março de 2025 para que as pessoas que completem 60 anos até essa altura ou que passem a integrar algum dos grupos de risco possam ser vacinadas gratuitamente durante o período de frio e de maior permanência dos vírus respiratórios.



1,4 milhões de vacinas contra a gripe e 1,2 milhões contra a covid já estão disponíveis.

PEDRO CORREIA / GLOBAL IMAGENS

A presidente da ANF confirma também que este ano "há mais vacinas disponíveis para esta primeira fase", esperando assim que não haja constrangimentos no acesso para quem queira vacinar-se já, ao contrário do ano passado, em que "foram entregues às farmácias poucas vacinas e isso fez com que, durante as primeiras semanas, as pessoas quisessem vacinar-se e não houvesse vacinas. Este ano não se perspetiva nenhum constrangimento".

Ema Paulino explica que as vacinas contra a gripe vão ser disponibilizadas em várias fases, mas as da covid-19 já estão todas em Portugal. "É só uma questão de as farmácias irem solicitando à medida das suas necessidades." Isto porque "são vacinas que têm de ser mantidas a determinada temperatura, que são depois descongeladas para serem administradas."

Ema Paulino refere ainda que este ano deverá haver mais farmácias a participar na campanha de vacinação, sendo que, no ano passado, foram quase 2500. Ao todo, e contando com cerca de 1000 unidades do SNS, que também podem administrar vacinas, o país terá cerca de 3500 pontos espalhados de norte e a sul, relembrando que quem quiser saber se a sua farmácia participa nesta campanha poderá consultar o sítio i*nfarmed.pt*, onde está a lista de todos os postos de vacinação. E quem quiser agendar *online* a vacina para a farmácia comunitária mais próxima da sua residência também o poderá fazer na plataforma específica na página da ANF.

Maiores de 85 anos só nos centros de saúde

A dose elevada contra a gripe, disponibilizada gratuitamente este ano a todas as pessoas com 85 ou mais anos, no âmbito desta campanha, só pode ser recebida nas unidades de cuidados primários do Serviço Nacional de Saúde (centros de saúde). No ano passado, esta dose elevada esteve disponível para a mesma faixa etária, mas apenas para quem se encontrava em lares ou internado em unidades de cuidados continuados. A alteração surge por a DGS considerar que esta dose confere "uma maior proteção para a população mais vulnerável, diminuindo o risco de hospitalizações".

A decisão de apenas permitir essa vacinação nos centros de saúde, no entanto, suscitou várias críticas, como do antigo ministro da Saúde, Manuel Pizarro. Ontem, à Antena 1, a diretora-geral da Saúde, Rita Sá Machado, explicou a decisão com fatores logísticos e o aproveitar do facto de a população com mais de 85 anos já ir regularmente aos centros de saúde por diversas patologias. Mas admitiu que a orientação pode ser revista.

Segundo a DGS, a população total elegível para a vacinação é de cerca de dois milhões de pessoas – desde profissionais de saúde ou cuidadores, aos doentes crónicos, residentes em lares, internados em hospitais ou em cuidados continuados, em reabilitação ou pessoas com 60 ou mais anos.

Para a presidente da ANF há uma mensagem a passar nesta campanha. "É preciso sensibilizar todas as pessoas a vacinarem-se", sendo ideal que "o façam em simultâneo contra a gripe e contra a covid-19". A farmacêutica admite que "possa haver maior hesitação em relação à vacinação contra a covid, porque o tema já não está na ordem do dia e muitas pessoas já a desvalorizam, porque já a tiveram", mas, lembra, estamos perante "um vírus muito dinâmico e, ao vacinar-se, a população não está tanto a prevenir a infeção, mas, sobretudo, a evitar as complicações graves da doença e a mortalidade".

Ema Paulino chama a atenção para o facto de, no ano passado, termos tido a circular "um vírus da gripe particularmente agressivo que provocou muitos internamentos" e um vírus da covid-19 de alta contagiosidade. Portanto, sublinha, "o benefício das vacinas está perfeitamente comprovado nas pessoas de grupos de risco, devendo estas aproveitar a oportunidade de se vacinarem gratuitamente e ficarem protegidas para o inverno".

anamafaldainacio@dn.pt



Ataque em escola na Azambuja marcou o arranque do ano letivo.

LEONARDO NEGRÃO

Escolas pedem medidas de reforço de segurança

EDUCAÇÃO Ataque de aluno em escola na Azambuja abriu de novo o debate sobre a segurança em espaços escolares. Sindicato de Trabalhadores do Estado fala em aumento do risco e alerta para o número insuficiente de assistentes operacionais na maioria dos estabelecimentos de ensino do país. Diretores pedem mais psicólogos.

TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

As ocorrências criminais nas escolas aumentaram cerca de 9% no último ano letivo, totalizando 3824, sendo as ofensas corporais, injúrias e ameaças os crimes que mais aumentaram e os mais predominantes, segundo dados divulgados este ano pela PSP. O arranque deste ano letivo ficou já marcado por um ataque numa escola na Azambuja que veio reabrir o debate sobre a insegurança em espaços escolares. E ontem foi também noticiado que um jovem "terá exibido uma arma de fogo" num acerto de contas entre alunos junto a uma escola em Benfica, e que, posteriormente, foi entregar-se na esquadra local.

Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), relaciona a escalada de violência com a pandemia de covid-19 e as consequências na saúde mental dos alunos. "Estão mais irrequietos, ansiosos, menos tolerantes. Até os mais sossegados explodem", justifica. O responsável diz ser necessário "um olhar mais atento" por parte dos pais e também das escolas para "evitar situações graves como a da Azambuja". "É preciso que a parceria família-escola funcione. Se o aluno em casa manifesta comportamentos estranhos, deve informar-se as escolas e vice-versa", explica.

Pelo que o DN apurou, não existe um protocolo estipulado a nível nacional, nas escolas, para atuar em situações como a que aconteceu na Escola Básica da Azambuja, onde um aluno de 12 anos esfaqueou seis colegas na passada terça-feira. "Existe a Lei Geral e o Estatuto do Aluno", relativiza Filinto Lima, que explica a prática instituída. "Quando isso acontece deve-se pedir a intervenção da polícia, participa-se à CPCJ, é acionado apoio psicológico, abre-se processo disciplinar e o aluno é suspenso preventivamente", conta. O DN contactou o Ministério da Educação para saber se vão ser emitidas orientações para todas as escolas, mas até ao fecho desta edição não obteve resposta.

Para o presidente da ANDAEP, outras medidas são necessárias para diminuir a violência em espaço escolar e devem passar pela "contratação de psicólogos, assistentes sociais e técnicos especializados". "É necessário, em algumas escolas, chegarem principalmente mais psicólogos que possam ajudar na prevenção deste tipo de situações. Os casos poderiam reduzir bastante se houvesse mais acompanhamento das equipas de psicologia", defende.

Filinto Lima admite que a implementação de medidas de reforço de segurança são urgentes. A anunciada contratação de quase 600 vigilantes para as escolas (*ver mais abaixo*) poderá ter "um papel importante nesta matéria", mas "é preciso que essa promessa seja concretizada no mais curto tempo possível". Apesar disso, o presidente da ANDAEP não considera que as escolas sejam espaços inseguros.

Opinião diferente tem o Sindicato Independente e Solidário dos Trabalhadores do Estado e Regimes Públicos (SISTERP). Paulo Marinho, secretário-geral do SISTERP, afirma que "a maioria das escolas são lugares muito inseguros". "Os alunos, os assistentes operacionais, os docentes e não-docentes estão em risco. Há escolas que são lugares seguros, mas a maioria são lugares muito inseguros", sublinha. A falta de assistentes operacionais (AO), diz, em muito contribui para esse risco, "principalmente nos grandes polos urbanos, onde o ambiente é mais propício a atos de violência".

"A falta de AO nas escolas agrava significativamente a insegurança", afirma. Paulo Marinho alerta ainda para a dificuldade em substituir AO de baixa médica. "Ainda há pouco tivemos conhecimento de uma escola que tem 20 AO e 6 estavam impedidos de trabalhar. Não é possível substituir. E assim, não há milagres. Não temos dúvidas que a violência vai ser um flagelo que pode agravar", conclui.

Filinto Lima também pede mais AO nas escolas, com uma revisão do rácio de cálculo por estabelecimento escolar. "Esta portaria tem de ser revista, não é revista há uns anos. Temos cada vez mais alunos com necessidades especiais e mais alunos estrangeiros. A realidade das escolas hoje é mais complexa do que era no passado e precisamos de mais AO", justifica.

O presidente da ANDAEP pede também uma revisão do *Estatuto do Aluno*, cuja última atualização foi feita "há 12 anos". "Quem for ler o estatuto vai perceber que as escolas viram autênticos tribunais para conduzir um processo disciplinar. Não parte da boa-fé do professor. Se um docente ou não-docente assistir a um ato de violência, a sua palavra, apenas, não serve. É preciso testemunhas. Não basta ver a agressão para provar. É também preciso ouvir os pais e nomear um instrutor de processo. As escolas viram um autêntico tribunal e as escolas não são tribunais", lamenta.

Contratação de quase 600 vigilantes para as escolas

Com o objetivo de combater o aumento da violência em contexto escolar, o Governo anunciou, em julho, a contratação de 588 vigilantes. "Os vigilantes escolares desapareceram. Havia cerca de 600 em 2009 e, neste momento, não temos vigilantes escolares", explicou o ministro da Educação, Fernando Alexandre, aquando do anúncio da medida.

O ministro fez ainda referência aos últimos dados do *Relatório Anual de Segurança Interna* (*RASI*) de 2023, que indicam um aumento de 30% nas ocorrências registadas em contexto escolar ,em comparação com 2018/2019. Contudo, o ministro Fernando Alexandre não entende que as escolas sejam lugares inseguros, referindo que a criminalidade está "a crescer mais fora das escolas do que dentro".

A Tutela pretende contratar agentes de segurança ou militares aposentados ou na reserva.

Ferida grave já teve alta do Santa Maria

A aluna de 12 anos que ficou com ferimentos graves, após ter sido esfaqueada por um colega numa escola na Azambuja, teve ontem alta clínica, disse fonte do Hospital de Santa Maria. Outros dois dos seis alunos agredidos regressaram ontem às aulas, adiantou o presidente da Câmara, sublinhando que o ambiente no estabelecimento escolar "está sereno e calmo". "Duas crianças que tinham sido afetadas já voltaram à escola, o que é de salientar", referiu Silvino Lúcio, referindo-se a duas alunas que estiveram internadas no Hospital de Vila Franca de Xira. O aluno agressor está suspenso e com processo disciplinar (além de um inquérito do Ministério Público), devendo ser transferido para outra escola.

Reparações históricas. “Universidade tem de ser o centro da discussão racional”

CONFERÊNCIAS Eduardo Vera-Cruz Pinto, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), avalia que é preciso falar do assunto. A FDUL é sede de um encontro internacional de direitos culturais que começou ontem, em parceria com a Universidade de Fortaleza, do Brasil.

TEXTO **AMANDA LIMA**

As reparações histórias são um assunto que “precisa de ser falado em Portugal”. Esta é a visão do professor catedrático Eduardo Vera-Cruz Pinto, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), que recebe desde ontem um *Encontro Internacional de Direitos Culturais*, em parceria com a Universidade de Fortaleza, do Brasil. O primeiro painel teve como assunto as reparações históricas, tema que começou a ser discutido na opinião pública em Portugal há pouco tempo.

Em entrevista ao DN, o professor considera que o ambiente académico é o espaço mais apropriado para essa discussão, de forma “racional e lógica, ouvindo todos”.

Atualmente, Portugal não tem legislação específica para o tema, mas Eduardo Vera-Cruz Pinto afirma que esse enquadramento é necessário. “Precisamos de um quadro jurídico, porque as convenções internacionais, com todo o respeito, valem muito, mas só para quem tem o poder de as aplicar, algo que os Estados que foram povos colonizados têm pouca possibilidade de fazer”, sublinha.

O jurista não tem dúvidas de que é preciso inovar na matéria. “Os conceitos jurídicos têm de ser novos, não se pode estar aqui a pensar que os conceitos jurídicos tradicionais nos vão trazer muito. Nós temos de ter inovação, temos de ter abertura para a criatividade jurídica”, argumenta.

O investigador, que tem cidadania angolana e portuguesa, explica que um bom começo poderia ser Portugal fazer um inventário “de tudo que os países colonizados por Portugal consideram como identidade cultural”, para depois conversar e criar acordos bilaterais. “Vamos inventariar o que existe e depois vamos conversar, caso a caso”, sugere.

O tema, quando debatido publicamente, foi fraturante. Em abril, durante um jantar com correspondentes estrangeiros, o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, disse que “é preciso ver como reparar” as antigas colónias.

A resposta do chefe de Estado teve repercussão internacional e nacional. O Chega levou ao Parlamento um processo contra o Presidente por “traição à pátria”, medida chumbada em plenário.

> “Os conceitos jurídicos têm de ser novos, não se pode estar aqui a pensar que os conceitos jurídicos tradicionais nos vão trazer muito. Temos de ter inovação, temos de ter abertura para a criatividade jurídica”, argumenta o diretor da FDUL.

De acordo com Eduardo Vera-Cruz Pinto, houve má interpretação das declarações sobre o tema. “O Presidente disse apenas, ao falar de reparações e de deveres, porquê não falarmos sobre isto? A conversa tem de acontecer, porque a descolonização foi feita um bocadinho à pressa”, analisa.

Ao mesmo tempo, o diretor da FDUL entende que o assunto provoca “muitas emoções” na opinião pública, mas que isso é um direito das sociedades democráticas. “Na política existem partidos políticos que fazem disso razão de política e da atração de votos. Em sociedades abertas e democráticas, nada a dizer. Mas da universidade o que é que se espera? Que esteja à frente do seu tempo”, refere.

Na maior ex-colónia, o Brasil, o tema já existe e é discutido há muito tempo. Segundo Humberto Cunha Filho, um dos principais nomes do direito cultural, o país já recebeu bens que estavam na Europa, como o Manto Tupinambá que estava na Dinamarca há 300 anos e foi devolvido na semana passada. Mas o Brasil também vive o outro lado: está em discussão a devolução ao Paraguai de um canhão de guerra, usado no conflito. Ainda não se sabe qual será o desfecho.

amanda.lima@dn.pt



LEONARDO NEGRÃO

O evento começou ontem com diversos painéis com profissionais de Portugal e Brasil.

Médico de família para mais 75 mil em Cascais

Um total de 75 mil pessoas vão passar a ter médico de família no Hospital de Cascais, uma medida que representa uma despesa de seis milhões de euros até final deste ano, anunciou ontem o Governo, após a realização de um Conselho de Ministros.

Segundo Leitão Amaro, ministro da Presidência, esta medida está prevista no Plano de Emergência e Transformação da Saúde, aprovado pelo Executivo no final de maio, no âmbito do objetivo de alargar o acesso à medicina geral e familiar.

A atribuição de médico de família a essas 75 mil pessoas será feita até ao final do ano no hospital de Cascais Dr. José de Almeida, que integra o SNS na modalidade de Parceria Público-Privada. De acordo com o governante, a despesa de seis milhões até ao final do ano para contratualizar as listas de utentes com o hospital representa “menos 24 euros por doente, em preço comparado, se fossem servidos por outras alternativas”.

Esta medida vai abranger, na sua maioria, utentes da Unidade Local de Saúde (ULS) Amadora-Sintra, mas também da ULS Lisboa Ocidental.

Considerado um dos prin- cipais problemas do acesso dos utentes ao SNS, a falta de médicos de família tem vindo a agravar-se nos últimos anos, com o número de pessoas sem um especialista de medicina geral e familiar atribuído a aumentar cerca de um milhão desde 2019. Segundo os dados do Portal da Transparência do SNS, em agosto de 2019, 644 077 pessoas não tinham médico de família, número que aumentou para 1 675 663 no último mês.

DN/LUSA


O QUE TE
MOVE?



Nazaré Costa Cabral, presidente da entidade que fiscaliza as contas públicas.

TIAGO PETINGA / LUSA

IRS Jovem pode fazer regressar défice orçamental em 2026

PREVISÕES Conselho das Finanças Públicas estima que excedente deste ano fique acima da previsão de abril, em 0,7% do PIB, devido ao melhor desempenho da receita fiscal, e alerta que o IRS Jovem do Governo pode voltar a colocar as contas públicas no vermelho.

TEXTO **CARLA ALVES RIBEIRO**

A entidade independente que fiscaliza a sustentabilidade das Finanças Públicas (CFP) avisa que o IRS Jovem proposto pelo Governo pode alterar a trajetória de evolução do saldo orçamental nos próximos anos. Segundo uma simulação do Conselho das Finanças Públicas, sem o IRS Jovem, e mantendo-se as atuais políticas em vigor, em 2026 haveria um excedente orçamental de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Se o novo regime de IRS para os jovens até aos 35 anos avançar tal como é proposto pelo Executivo de Luís Montenegro, em 2026 as contas voltam para terreno negativo, com um défice de 0,2% do PIB, prevê a instituição liderada por Nazaré da Costa Cabral.

"De acordo com o exercício de simulação efetuada pelo CFP verificar-se-ia uma revisão em baixa do saldo de 0,3 pontos percentuais do PIB de 2025 a 2028, implicando o regresso a uma situação de défice em 2026 (0,2% do PIB)", lê-se no relatório que atualiza as perspetivas económicas e orçamentais para o período 2024-2028, divulgadas ontem.

O Conselho das Finanças Públicas deixa claro que não é uma previsão, é uma simulação para avaliar o possível impacto da medida, que o Governo estima que terá um custo líquido de mil milhões de euros para os cofres públicos. O efeito orçamental deste desagravamento fiscal para os mais jovens até aos 35 anos sentir-se-ia já em 2025, com "uma redução significativa do excedente projetado", de 0,4% do PIB para 0,1%. Após o défice de 0,2% no ano seguinte, os excedentes regressariam, mas inferiores aos previstos sem o IRS Jovem, atingindo 0,3% em 2027 (contra 0,5%) e 0,1% em 2028 (contra 0,4%), mostram as contas do CFP.

O ministro da Presidência, ontem, após a reunião do Conselho de Ministros, desvalorizou o exercício. "O que diz o CFP é que, em 2027 e 2028, com o IRS Jovem, é possível ter excedentes orçamentais, mas também diz que em 2026, se não contássemos com o efeito especial do PRR, haveria um excedente orçamental de 0,6%, mesmo com o IRS Jovem", alegou António Leitão Amaro.

> Ministro da Presidência desvaloriza exercício de simulação do Conselho das Finanças Públicas, dizendo que o ano de 2026 é "um ano particular devido ao PRR".

"Porque é que 2026 é um ano particular? No ano de 2026, o PRR, por causa de o dinheiro vir não como subsídio, mas como empréstimo, ele entra, é gasto, entra como défice na sua despesa, mas não conta para o cálculo do saldo como receita. Aquilo que marca o ano de 2026 é que o PRR tem um efeito extraordinariamente diferente", sublinhou.

Na atualização das suas projeções económicas e orçamentais, e sem novas políticas, a entidade fiscalizadora das Finanças Públicas aponta excedentes orçamentais de 0,7% este ano, 0,4% em 2025, 0,1% em 2026, 0,5% em 2027 e 0,4% em 2028.

A folga orçamental prevista para 2024 foi revista em alta em dois pontos percentuais, uma reavaliação motivada pelo "melhor desempenho da receita fiscal e contributiva e dividendos que mais do que compensa o impacto das novas medidas de política e a atualização das medidas de resposta à inflação e ao choque geopolítico", explica a entidade.

No entanto, Nazaré da Costa Cabral alerta que as projeções sobre a evolução do saldo orçamental não puderam contar com informação do Governo sobre a despesa associada a medidas já aprovadas e outras previstas. "Até à data de fecho deste relatório, o CFP não obteve resposta do MF à solicitação de quantificação do impacto plurianual de diversas medidas de política. Estão em causa medidas já aprovadas no quadro da nova legislatura ou com firme intenção de implementação, bem como das medidas anunciadas, mas ainda não aprovadas", alerta o CFP. "Uma das informações mais críticas dizia respeito ao impacto plurianual dos acordos com os professores e com as forças de segurança e defesa", acrescenta. À falta de informação do Executivo, a entidade recorreu cálculos próprios recorrendo a informação pública.

O CFP nota ainda que há gastos que podem estar subestimados, nomeadamente das despesas com pessoal e com o complemento solidário para idosos, que foi alargado a mais pessoas. "Tal resulta da não disponibilização pelo MF de informação suficiente que permita uma quantificação mais exata", aponta.

O impacto de uma eventual descida do IRC de 21% para 15% em 2027 também não entrou nas previsões do CFP. Nem o custo das medidas incluídas no Plano de Emergência e Transformação na Saúde, ou o "impacto total e definitivo nas contas públicas do desenvolvimento de grandes obras públicas", como o novo aeroporto de Lisboa, a linha de alta velocidade Porto-Lisboa e o Hospital de Lisboa Oriental.

Já abolição das portagens nas ex-Scut, que envolve uma perda de receita de 180 milhões de euros em 2025, foi considerada.

carla.ribeiro@dinheirovivo.pt

Citibank escolhido para assessorar a privatização da TAP

EXCLUSIVO Operação não deverá arrancar antes da aprovação do Orçamento do Estado e vai incidir sobre uma participação inferior a 50% do capital. Ao DN, Pedro Nuno Santos reitera que o PS é contra a venda da maioria do capital, mas garante que "não se opõe à entrada de privados".

TEXTO **FILIPE ALVES**

O banco norte-americano Citibank deverá ser escolhido pela Parpública para a assessoria financeira da privatização da TAP, que deverá arrancar após a aprovação do Orçamento do Estado para 2025, e irá incidir sobre uma participação inferior a 50% do capital, apurou o Diário de Notícias. A escolha do banco de investimento norte-americano justifica-se com a necessidade de contar com o apoio de uma entidade internacional, dada a dimensão da operação. Porém, haverá outra razão: nenhum dos três principais interessados na privatização da TAP é norte-americano, evitando potenciais dúvidas e conflitos de interesse com base na nacionalidade do assessor financeiro daquele que será o maior negócio em Portugal nos últimos anos, com um valor superior a mil milhões de euros.



PAULO SPRANGER / GLOBAL IMAGENS

A privatização (ao que tudo indica, parcial) da TAP deverá ser o maior negócio dos últimos anos.

Até ao momento, não estão ainda escolhidos os assessores jurídicos, sendo certo que vários dos principais escritórios de advogados nacionais têm trabalhado com os consórcios que querem investir na TAP, pelo que não deverão poder participar no negócio do lado do Estado. Existem, até ao momento, três potenciais interessados que nunca desmentiram o interesse na companhia portuguesa: a alemã Luftansa, que conta com o apoio da sociedade de advogados PLMJ; o consórcio IAG (Ibéria e British Airways), que tem como assessor jurídico a Vieira de Almeida; e a Air France, cujos assessores não são ainda conhecidos.

Segundo as fontes ouvidas pelo Diário de Notícias, a holding estatal Parpública apenas deverá arrancar com a privatização da companhia liderada por Luís Rodrigues após a aprovação do Orçamento do Estado para 2025, o que, em termos práticos, significa que a operação não deverá ser lançada antes de janeiro. E apenas deverá avançar se o Partido Socialista (PS) estiver de acordo com a venda de uma participação minoritária na TAP, até porque o líder Pedro Nuno Santos já tornou claro que o principal partido da oposição não aceitará a alienação da maior parte do capital.

"Mantemos a mesma posição desde que fui eleito. Somos contra a venda da maioria do capital. Não somos contra a entrada de privados no capital", disse ontem Pedro Nuno Santos ao DN.

Neste contexto, um cenário em que o Governo de Luís Montenegro avance com a venda da maioria do capital da TAP à revelia do PS é tido como pouco provável, até porque os potenciais compradores vão exigir segurança e previsibilidade para poderem investir. A memória do que sucedeu na anterior privatização, lançada à revelia do PS e que acabou por ser revertida assim que António Costa subiu ao poder, permanece na memória de todos.

A operação vai ser conduzida, em termos formais, pela Parpública, que neste *dossier* reporta ao ministro das Finanças e também ao ministro da Habitação e Infraestruturas, que tem a tutela setorial. No entanto, segundo as fontes ouvidas pelo DN, o *dossier* está a ser acompanhado de muito perto pelo gabinete do primeiro-ministro.

Além da definição da percentagem de capital a alienar, falta escolher o modelo da privatização. As opções em cima da mesa são a venda direta, através de um processo competitivo, ou um concurso público internacional. As duas opções têm os seus prós e contras, mas qualquer seja a solução, o Governo pretende que o processo esteja blindado ao máximo, do ponto de vista jurídico.

Até ao fecho, não foi possível obter esclarecimentos de fonte oficial da Parpública, bem como do Citibank.

> "Somos contra a venda da maioria do capital. Não somos contra a entrada de privados no capital da TAP", disse Pedro Nuno Santos ao Diário de Notícias.

BREVES

Juros da habitação caem pelo sétimo mês

A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação caiu para 4,417% em agosto, uma descida face aos 4,487% do mês anterior, segundo o INE. Com esta queda, a taxa de juro acumula uma redução de 24 pontos base desde o máximo atingido em janeiro deste ano. Há mais de uma década que não se verificava uma quebra desta dimensão. A prestação média da totalidade dos contratos fixou-se em 404 euros, menos um euro do que no mês anterior, mas cinco euros acima do registado em agosto de 2023. A parte dos juros representou 60% da prestação média (57% em agosto de 2023). Já o capital médio em dívida para a totalidade dos créditos à habitação aumentou 345 euros, para 66 874 euros.

ERC aprova compra da Nowo pela Digi

A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) deu "luz verde" à compra da Cabonitel, dona da Nowo, pela Digi Portugal, anunciou ontem o regulador. O negócio, no valor de 150 milhões de euros, implicará a aquisição indireta da totalidade do capital social e dos direitos de voto da Nowo, empresa que presta serviços de comunicações eletrónicas em Portugal Continental. A Digi está registada no regulador para oferecer redes e serviços de comunicações eletrónicas, sendo detentora de direitos de utilização de um total de 95MHz de espetro radioelétrico e de rede de fibra ótica em fase de instalação no país.

Por que a classe operária está cada vez mais afastada dos democratas?

PRESIDENCIAIS Um dos maiores sindicatos dos EUA, que representa camionistas e pilotos, não vai apoiar nem Harris, nem Trump, quebrando a tradição de apelar ao voto nos democratas.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Kamala Harris passou o segundo dia consecutivo, na quarta-feira, a cortejar eleitores minoritários, especialmente latinos, enquanto novas sondagens mostravam que a democrata recebeu uma vantagem pós-debate sobre Donald Trump em dois dos Estados indecisos que provavelmente serão decisivos nas Presidenciais dos Estados Unidos – Pensilvânia e Michigan. Mas num potencial revés para a vice-presidente, o influente sindicato Teamsters, um dos maiores do país, anunciou que não apoiará ninguém em 2024. O sindicato que representa camionistas, trabalhadores de armazéns e pilotos aéreos apoiou os democratas em todas as presidenciais desde 2000 e esta é a primeira vez que não opta por um candidato desde 1996.

"Infelizmente, nenhum dos principais candidatos foi capaz de assumir compromissos sérios com o nosso sindicato para garantir que os interesses dos trabalhadores sejam sempre colocados à frente dos das grandes empresas", disse Sean O'Brien, presidente do Teamsters, que tem cerca de 1,3 milhões de membros nos Estados Unidos e Canadá. Uma consulta interna sobre as tendências de voto dos seus membros foi conhecida pouco antes deste anúncio, indicando que a maioria apoia Donald Trump em relação a Kamala Harris.

Horas antes, no encontro com o Instituto do Grupo Hispânico do Congresso, a democrata tinha deixado claro o compromisso com os trabalhadores americanos. "Temos de colocar a classe operária em primeiro lugar, compreendendo os seus sonhos, os seus desejos e as suas ambições", afirmou.

A decisão deste poderoso sindicato é um sério revés para os esforços da campanha de Kamala Harris para conseguir os votos da classe operária, já que um apoio do Teamsters teria o poder de mobilizar milhares de membros que vivem em Estados cruciais como Pensilvânia, Michigan e Wisconsin, que fazem parte do chamado *Rust Belt*.

Mesmo assim, e depois de conhecida a decisão do sindicato a nível nacional, algumas delegações regionais representando mais de meio milhão de membros do Estados do Michigan, Wisconsin, Nevada, Califórnia e Hawai anunciaram que apoiam Kamala Harris. A democrata também já recebeu o apoio de outros grandes sindicatos, incluindo o United Auto Workers, com cerca de um milhão de membros num total de cerca de 600 sindicatos locais da indústria automóvel, e a AFL-CIO, a maior central sindical dos Estados Unidos, representando mais de 12 milhões de trabalhadores no ativo e reformados.

Num comunicado, a campanha de Harris elogiou "o apoio da esmagadora maioria do trabalho organizado", notando ainda que muitos sindicatos locais do Teamsters tinham decidido ficar ao lado da sua candidatura.

Mas a verdade – e para grande desânimo dos democratas, que estão a ver fugir um grupo que tradicionalmente os apoiava – é que os eleitores da classe operária, os *blue-collar*, estão cada vez mais ao lado de Donald Trump, havendo sondagens que mostram que o republicano tem agora um apoio maior deste grupo em relação a há quatro anos.



Harris tem procurado também obter o voto de minorias, como os latinos.

ROBERTO SCHMIDT / AFP

Na opinião de Mike Lux, um consultor político que participou na elaboração do relatório *Cidades Industriais*, o voto democrata no *Rust Belt* caiu principalmente em áreas com decréscimo de postos de trabalho na indústria e entre sindicalizados. Em declarações ao jornal *The Guardian*, explicou que, desde que Franklin Roosevelt foi presidente, entre 1933 e 1945, os eleitores da classe operária viam o Partido Democrata como aquele que os iria proteger, mas muitos têm vindo a afastar-se nas últimas décadas, convencidos de que isso não está a acontecer.

Entre as razões para este sentimento está a normalização das relações comerciais com a China, que levou ao fecho de muitas fábricas nos EUA, e a ratificação do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio, ambas operadas na Administração de Bill Clinton, e mais recentemente o apoio dado por Barack Obama a Wall Street na sequência da recessão de 2007-2009, dando a sensação de que não fez o mesmo pelos trabalhadores.

Um outro fator que levou ao afastamento da classe operária dos democratas é o declínio no número de sindicalizados – de 35% de todos os trabalhadores norte-americanos nos Anos 1950 para os atuais 10%.

O livro *Rust Belt Union Blues*, lançado há um ano, foca-se precisamente na questão: Por que os eleitores da classe operária estão a afastar-se do Partido Democrata? Na obra é dito que esta realidade levou a que muitos centros de convívio de sindicatos fechassem tendo a classe operária passado a reunir-se muitas vezes em clubes de tiro, um ambiente propício para os apoiantes de Donald Trump.

Outro fator para o afastamento em relação aos democratas é o facto de muitas estações de televisão locais estarem na mão de proprietários de direita, o que torna mais difícil que a mensagem do Partido Democrata chegue a estes eleitores. "As pessoas da classe operária contavam com os democratas. Eles eram o partido que estava ao lado da classe operária e sentiram-se traídos", resumiu Ruy Teixeira, cientista político e coautor do livro *Onde é Que Foram Todos os Democratas?*, lançado em novembro, em declarações ao *Guardian*.

ana.meireles@dn.pt



AMMAR AMMAR / AFP

O discurso de Hassan Nasrallah foi transmitido na televisão e seguido pelos libaneses.

Hezbollah sofreu "grande" golpe, mas promete retaliar

GUERRA Israel garantiu que os ataques contra o grupo aliado do Hamas vão continuar, reconhecendo que existem "riscos significativos".

TEXTO **ANA MEIRELES**

O líder do Hezbollah, Hassan Nasrallah, reconheceu ontem que o grupo sofreu um golpe "sem precedentes" quando milhares de dispositivos de comunicação de operacionais explodiram em ataques que atribuiu a Israel. Telavive não comentou os ataques que mataram 37 pessoas e feriram quase três mil em todo o Líbano durante dois dias, mas admitiu que alargará o âmbito da guerra em Gaza para incluir a frente do Líbano.

Proferindo um discurso após os ataques de terça e quarta-feira, Nasrallah adotou um tom desafiador, descrevendo as detonações levadas a cabo através dos aparelhos de comunicação do Hezbollah – *pagers* e *walkie-talkies* – como um possível "ato de guerra" e alertando que Israel vai enfrentar uma "retribuição dura e punição justa, onde espera e onde não espera".

O líder do grupo aliado do Hamas e apoiado pelo Irão referiu que os ataques foram um "massacre" que "poderiam ser um crime de guerra ou uma declaração de guerra", acusando Israel de ter querido "matar nada menos que 5000 pessoas em dois minutos". E anunciou o lançamento de uma investigação interna sobre os ataques, que especialistas e alguns meios de comunicação israelitas têm dito ter todas as características da agência de inteligência Mossad.

Nasrallah também prometeu continuar a luta do Hezbollah contra Israel até que seja alcançado um cessar-fogo em Gaza. "A frente libanesa não irá parar até que a agressão em Gaza termine" apesar de "todo este sangue derramado", garantiu. No seu discurso, transmitido pela televisão, abordou ainda as promessas de Telavive de devolver às suas casas milhares de israelitas deslocados por trocas de tiros na fronteira com o Líbano, dizendo que "não será possível devolver o povo do norte ao norte", defendendo que a "única maneira" de estes deslocados regressarem é "parar a guerra em Gaza".

> Antony Blinken afirmou que os EUA continuam a trabalhar para conseguir um cessar-fogo em Gaza e mostrou-se contra ações de escalada.

Do lado de Israel, o ministro da Defesa, Yoav Gallant, garantiu ontem também que as ações militares contra o Hezbollah "vão continuar". "Na nova fase da guerra existem oportunidades significativas, mas também riscos significativos. O Hezbollah sente-se perseguido. A sequência das nossas ações militares vai continuar", afirmou Gallant, em comunicado.

De visita a Paris, onde se encontrou com o seu homólogo francês Stéphane Séjourné, o secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, afirmou que vão continuar "a trabalhar para conseguir um cessar-fogo para Gaza", dizendo acreditar "que isso continua a ser possível e necessário". "Mas, enquanto isso, não queremos ver quaisquer ações de escalada por parte de qualquer parte que torne isso mais difícil", pediu Blinken.

ana.meireles@dn.pt

Stoltenberg alerta Estados Unidos e Europa para perigos do "isolacionismo"

ALIANÇA Secretário-geral da NATO termina o mandato no dia 1 e será sucedido por Mark Rutte.

O ainda secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, alertou ontem, no seu discurso de despedida, os Estados Unidos e a Europa contra o "isolacionismo", numa altura em que falta cerca de mês e meio para as eleições presidenciais norte-americanas e tendo em conta que Donald Trump é um dos candidatos.

"Ouvimos vozes de ambos os lados do Atlântico apelando à separação da América e da Europa", referiu o norueguês num evento dedicado à sua década no cargo máximo da Aliança. "Concentrarmo-nos em interesses nacionais míopes em detrimento da cooperação a longo prazo não nos servirá bem. O isolacionismo não manterá ninguém seguro", prosseguiu.

Stoltenberg vai entregar a liderança da NATO ao ex-primeiro-ministro neerlandês Mark Rutte a 1 de outubro, após dez anos de mandato muito agitados. Neste período, ajudou a supervisionar um grande aumento nas despesas de Defesa dos membros europeus, estimulado pela pressão de Washington e, mais importante, pela guerra da Rússia contra a Ucrânia.

Na última contagem, 23 dos 32 países da NATO estavam determinados a atingir este ano a meta da Aliança de gastar 2% do seu PIB em Defesa, estabelecida em 2014. "A boa notícia é que cumprimos o compromisso que assumimos há 10 anos", referiu Stoltenberg, para logo acrescentar que "a má notícia é que isso já não é suficiente para nos manter seguros".

Os laços da NATO com a Rússia foram cortados na sequência da invasão da Ucrânia, mas ontem Stoltenberg argumentou que em algum momento a Aliança precisa de regressar ao diálogo com Moscovo sobre questões como o controlo de armas. "Temos de falar com os nossos vizinhos. Por mais difícil que seja. Mas o diálogo só funciona quando é apoiado por defesas fortes", disse ele.

O norueguês advertiu ainda que fazer negócios com rivais, como Rússia e China, nunca deveria acontecer à custa da segurança, e que os aliados da NATO deveriam evitar qualquer dependência de Pequim para produtos essenciais. "A liberdade é mais valiosa do que o livre comércio", disse, advertindo, porém, os países da Aliança de que "o protecionismo contra os aliados não protege a nossa segurança".

A. M. com AGÊNCIAS



ANDREW HARNIK / GETTY IMAGES VIA AFP

Jens Stoltenberg esteve dez anos à frente da NATO.



Opinião
Raúl M. Braga Pires

"O Saara é Verdi" – Uma "Boa Nova"!

Na semana dos incêndios em Portugal e da paranóia no eixo Beirute-Teerão, caíram-me no colo duas notícias do deserto mais próximo e a contracorrente com tudo o que nos tem derrotado no ânimo ultimamente.

Então não é que um dos lados, recentemente descoberto, sobre alterações climáticas tem vindo a tornar partes do Saara em lagos naturais com vegetação à volta?! É verdade, na última década, chuvas atípicas no prolongamento sul deste deserto, têm constituído um crescente "arquipélago de oásis", que até parece coisa de Deus, no acrescento ao tal "pinhal de Leiria em progressão", com o intuito de travar o avanço da desertificação para sul. Ou seja, a barreira vegetal sul actualmente em plantação braçal (do Djibuti ao Senegal, incluindo a próxima Mauritânia), tem tido a colaboração da natureza inopinada, demonstrando que uma aguinha na areia absorvente, tem efeitos ainda mais multiplicadores no inóspito.

Gramídeas, pequenas árvores e arbustos, provocam um "esverdeamento da paisagem e dos corações", já que atrai gado e vida selvagem, bem como prospectivam oportunidades de desenvolvimento agrícola para as populações locais.

"O Saara é Verdi", dava um bom título para uma comédia lírica, em tudo pedagógica para miúdos e graúdos. Uma ode africana a África, uma procura/necessidade do novo pan-africanismo com sede precisamente em Dakar.

Aqui deixo a miragem, já que de deserto se trata!

Outra notícia interessante e dentro do espírito anterior, foi a do engenheiro holandês que tem planos, e diz "ter alquimia", para transformar a Península do Sinai num fértil prado verdejante.

O que move Tiers van der Hoeven, é o combate às mudanças climáticas que, como vimos no bloco anterior, é o que está a proporcionar uma irrigação anormal na borda sul do Saara, salpicando-o de verde e poças de água!

Esta aparente contradição, tem de nos remeter para a complexidade dos novos desafios, os quais são sempre debatidos a preto-e-branco. Ora eu vejo, pela primeira vez – daí assinalá-lo desta forma – um branco-e-branco, uma "terceira face da moeda" para mim desconhecida. E se há uma "terceira face", porque não haverá também "uma quarta" e "uma quinta"? Ou seja, não há verdadeiros especialistas na matéria e todos conhecemos um novo por dia!

Uma terceira nota, para um daqueles momentos em que dentro de 20 anos, estarei a dizer nas aulas: "E tudo mudou quando em Outubro de 2024, o presidente da Toyota se sentou à mesa com o presidente da Hyunday, em Seul, e discutiram a sério a opção hidrogénio para o século XXI." Está na agenda, vai acontecer e este xadrez interessa a qualquer um com uma Sines em carteira!

Politólogo/Arabista
www.maghreb-machrek.pt
(em reparação)
Escreve de acordo com a antiga ortografia



Opinião
Victor Ângelo

Contra todas as formas de terrorismo

Os valores políticos e civilizacionais predominantes na Europa são muito diferentes dos defendidos e praticados pelo Hezbollah, a milícia armada mais importante no Líbano. Como também são totalmente distintos dos que servem de base de sustentação à ditadura dos aiatolas no Irão. Sem o apoio material e operacional do Irão, o Hezbollah não teria a força que tem. E o Líbano e a região conheceriam uma estabilidade que hoje lhes falta. Os povos de ambos os países poderiam viver em sociedades mais livres e, certamente, mais seguras e prósperas. A história e a minha experiência em vários países permitem-me dizer que os libaneses, quando deixados em paz, são no geral muito empreendedores. E os iranianos são herdeiros de uma cultura milenar muito rica, se bem que neste momento não tenham a liberdade indispensável para se exprimir.

O mundo é um mosaico bastante complexo de culturas e regimes. A diversidade tem, no entanto, de assentar em dois princípios básicos: o respeito pela dignidade de cada cidadão e a coexistência pacífica entre os povos. Assim, o terrorismo e as guerras de agressão são categoricamente inaceitáveis. Por isso, quer o Hezbollah quer o Irão, quer qualquer outro Estado ou organização que viole sistematicamente os direitos humanos ou que recorra à prática de conflitos armados para resolver diferendos políticos, devem ser sancionados com base na Carta das Nações Unidas. O Artigo 41 autoriza a aplicações de sanções e o ostracismo político. O Artigo 42 permite o uso da força contra os infratores. Ambos exigem a aprovação do Conselho de Segurança.

O Conselho de Segurança está muito dividido nestas matérias, sobretudo desde 2014, embora a fratura tenha começado mais cedo, em 2003, com a questão do Iraque. No que respeita à União Europeia, o Artigo 41 deve ser a principal fonte de inspiração política na relação com as atrocidades: sancionar e isolar diplomaticamente. Mas deve fazê-lo de modo coerente e não apenas porque um dos lados tem referências civilizacionais distintas das nossas. Por exemplo, um Estado que recorre sistematicamente à violência indiscriminada para tentar resolver os conflitos com os seus vizinhos, ou que oprime um grupo étnico que vive no interior das fronteiras, reconhecidas ou não, deve ser inequivocamente censurado e ver as suas relações diplomáticas com o espaço europeu reduzidas ao mínimo possível.

A Assembleia Geral das Nações Unidas reafirmou, a 22 de junho do ano passado, que todas as formas de terrorismo são reprováveis (Resolução A/77/L.78). Condenou uma vez mais o extremismo violento, alimentado pelo ódio, pelo racismo, pela intolerância e pela ameaça à vida das pessoas. Rejeitou o uso da violência, independentemente do motivo. Para combater o terrorismo, é preciso que os governos cumpram as normas internacionais, as resoluções das Nações Unidas, façam funcionar a justiça e a equidade, e não deixem florescer a radicalização política ou étnica. Não há povos superiores aos outros nem escolhidos como especiais por um qualquer ente divino inventado pelos crentes, por escritos pretensamente sagrados ou por terem os olhos cor-de-laranja ou de burro quando foge.

Um Estado que responde na mesma moeda ao terrorismo está fora da lei internacional. Não pode ser considerado um aliado da Europa. Põe em risco as relações do nosso continente com o resto do mundo. Quando esse mesmo Estado mostra igualmente capacidades de espionagem e de operações clandestinas excecionais e sem limites, os seus diplomatas e agentes destacados em território europeu devem ser objeto de uma vigilância apertada, de modo a evitar que possam comprometer a nossa política interna e as nossas relações internacionais. Esta é uma das maneiras de defender a soberania e a neutralidade europeia, de garantir os nossos interesses no seio da comunidade internacional. É necessário exercer a mesma vigilância que se aplica a todo o tipo de organizações extremistas.

Sem entrar em pormenores, este meu texto é uma vez mais um alerta contra o oportunismo político. Visa igualmente sublinhar que a salvaguarda do nosso futuro comum depende do respeito pelas normas que fomos construindo ao longo de décadas. A violência política, o terrorismo e o terrorismo de Estado estão fora dessas regras, são fora da lei.

Conselheiro em segurança internacional.
Ex-secretário-geral-adjunto da ONU



SARAH MEYSSONNIER / POOL / AFP

À saída da reunião "construtiva" com Macron, PM disse que o anúncio do Executivo é feito até domingo.

Barnier apresenta a Macron Governo de "derrotados"

FRANÇA Oposição à esquerda critica a composição do Executivo negociado durante duas semanas pelo ex-comissário europeu.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Quinze dias depois de ter sido indigitado primeiro-ministro de França, Michel Barnier conseguiu, por fim, apresentar ao presidente uma lista com os nomes de quem vai acompanhá-lo nas funções executivas. Uma reunião na tarde de quinta-feira com dirigentes dos partidos do centro e da direita para limar as arestas precedeu o encontro de Barnier com Emmanuel Macron, no Palácio do Eliseu. A lista, que não foi divulgada oficialmente, representa uma viragem à direita, apesar de os partidos em torno de Macron manterem a maioria das 16 pastas ministeriais, num Governo paritário e que totaliza 38 pessoas com os secretários de Estado. O anúncio oficial será feito antes de domingo.

O ex-primeiro-ministro Gabriel Attal, líder do Renascimento, estendeu o braço-de-ferro com o seu sucessor ao máximo. A França encontra-se numa situação financeira preocupante – o presidente do Tribunal de Contas, Pierre Moscovici, disse que o país "perdeu o controlo das Finanças", com a dívida pública e o défice em espiral crescente.

No entanto, Attal fez saber a Barnier que só haveria Governo se este se comprometesse a não subir os impostos "para os franceses que trabalham". Em paralelo, o primeiro-ministro enviou às comissões de finanças da Assembleia Nacional e do Senado os documentos elaborados pelo Governo demissionário para o Orçamento do Estado de 2025. O presidente da comissão das Finanças do Parlamento, Éric Coquerel (França Insubmissa), lamentou que "o Governo de Michel Barnier est[eja] em plena sintonia com a política de austeridade concebida por Bruno Le Maire [o anterior ministro das Finanças]".

Além da questão fiscal, Attal exigiu também que o dossiê da imigração venha a ser tratado com "rigor e humanidade".

Segundo os nomes postos a circular pelos próprios partidos e pela imprensa, do anterior Executivo sobra Sébastien Lecornu (que se mantém na Defesa), Catherine Vautrin (atualmente ministra do Trabalho e da Saúde e que irá ficar com o Território), Jean-Noël Barrot (atual secretário de Estado para a Europa e que será promovido a ministro dos Negócios Estrangeiros) e Rachida Dati (Cultura). Os Republicanos, o partido de direita de Barnier, apesar de ter recebido 5,4% dos votos, terá três ministros (Interior, Agricultura e Ultramar) e cinco secretários de Estado.

> O ex-primeiro-ministro Gabriel Attal exigiu ao sucessor que os impostos não subam para a classe média.

"Com Macron, quem vai fazer parte do Govern são todos os derrotados das eleições", criticou o coordenador da França Insubmissa, Manuel Bompard. Este apelou para a mobilização popular na manifestação marcada para amanhã contra "a maior fraude da V República".

Se, como é de esperar, o presidente aprovar a composição do Governo, o primeiro-ministro irá apresentar a sua mensagem política no dia 1 de outubro, um discurso pronunciado na Assembleia Nacional e que marca o início de funções do Executivo.

cesar.avo@dn.pt

ESTÁDIO RAJKO MITIC (BELGRADO)
ÁRBITRO MICHAEL OLIVER (INGLATERRA)

EST. VERMELHA	BENFICA
1	2
GLAZER	TRUBIN
MIMOVIC (27')	BAH (37')
SPAJIC	ANTÓNIO SILVA
DJIGA	OTAMENDI
SEOL	CARRERAS
VANIC	ROLLHEISER (56')
ELSNIK	FLORENTINO
SILAS	KÖKÇÜ (88')
KRUNIC (82')	DI MARÍA (88')
OLAYINKA (71')	PAVLIDIS (88')
BRUNO DUARTE (71')	AKTÜRKOĞLU
TREINADOR	**TREINADOR**
VLADAN MILOJEVIC	BRUNO LAGE
SUBSTITUIÇÕES	**SUBSTITUIÇÕES**
DÁLCIO GOMES (27')	KABORÉ (37')
NDIAYE (71')	AURSNES (56')
MILSON (71')	AMDOUNI (88')
ILIC (82')	BESTE (88')
	LEANDRO BARREIRO (88')

GOLOS: AKTÜRKOĞLU (9'), KÖKÇÜ (29') E MILSON (86').
CARTÕES AMARELOS: SILAS (26'), CARRERAS (52'), KABORÉ (64'), AURSNES (77') E SEOL (90'+4).



Kökçü foi um dos melhores do Benfica e marcou um grande golo de livre.

ANDREJ ISAKOVIC / AFP

45 minutos de classe e magia turca mereciam um final menos sofredor

LIGA DOS CAMPEÕES Foi um Benfica de duas faces o que venceu o Estrela Vermelha, muito bom na primeira parte, onde marcou os dois golos, e a recuar e a sofrer na segunda.

TEXTO **NUNO FERNANDES**

O Benfica alcançou ontem um importante triunfo em Belgrado, por 2-1, na estreia na *Champions*, vencendo fora o Estrela Vermelha. Valeu a Bruno Lage o toque de magia turco (marcaram Aktürkoğlu e Kökçü) e uma grande primeira parte, mas é difícil entender como a equipa baixou tanto a produção no segundo tempo e acabou a sofrer.

Bruno Lage apostou no mesmo onze da sua estreia, na goleada por 4-1 ao Santa Clara, um 4X3X3 com um meio-campo com Florentino a atuar como 6, Kökçü na posição 8 e Rollheiser mais descaído para o lado direito. O reforço Aktürkoğlu, que deixou grandes indicações na estreia, manteve a titularidade no ataque, mais colado ao corredor esquerdo.

Uma aposta ambiciosa num estádio conhecido pelo ambiente adverso criado pelos adeptos sérvios. E onde, convém dizer, a última derrota do Estrela Vermelha tinha acontecido a 13 de dezembro de 2023, um 2-3 na fase de grupos da *Champions* diante do Manchester City.

O Benfica entrou muito bem, a assumir o controlo das operações, e Aktürkoğlu deixou um aviso logo aos dois minutos com um remate cruzado. O vendaval atacante e de pressão benfiquista deu frutos aos nove minutos, com o reforço turco a inaugurar o marcador após uma boa assistência de Bah após grande jogada de Di María.

O golo do Benfica, curiosamente, coincidiu com uma ligeira melhoria do Estrela Vermelha, que subiu as linhas e surgiu com mais frequência junto da área das águias e a testar a atenção de Trubin. Sol de pouca dura, porque aos 29', Kökçü (que bem se sente o turco nesta nova posição) deu nova estocada nos sérvios, com um golo exemplarmente marcado de livre direto – foi a quarta vez que o fez na carreira.

Antes do intervalo, uma contrariedade para Bruno Lage. Bah sofreu uma entrada dura e foi obrigado a sair, entrando para o seu lugar Kaboré.

Como esperado, o Estrela Vermelha teve mais iniciativa na segunda parte. No banco, Lage gesticulava a exigir mais posse aos jogadores, que mostravam muitas dificuldades em sair na transição ofensiva e, individualmente, Kaboré não dava conta do recado no lado direito da defesa.

Lage mexeu a primeira vez aos 56', tirando o apagado Rollheiser e lançando o polivalente Aursnes. Mas sem efeitos práticos, pois os sérvios ameaçavam sucessivamente o golo, perante um Benfica que foi uma sombra da primeira parte, a atuar num bloco muito recuado.

As águias estiveram perto do terceiro, num remate de longe de Di María por cima aos 83', mas acabaram por sofrer um golo aos 86', por Milson, algo que se adivinhava.

Lage voltou a mexer e fez uma tripla substituição, tirando Di María, Kökçü e Pavlidis e lançando Beste, Amdouni e Leandro Barreiro.

Já no tempo de compensação, Aktürkoğlu quase marcou um golaço, mas a bola bateu no poste. Os minutos finais foram de grande sofrimento, mas o apito final confirmou os três pontos do Benfica.

nuno.fernandes@dn.pt

LIGA DOS CAMPEÕES
1.ª JORNADA – RESULTADOS

Juventus-PSV, 3-1
Young Boys-Aston Villa, 0-3
AC Milan-Liverpool, 1-3
B. Munique-D. Zagreb, 9-2
Real Madrid-Estugarda, 3-1
SPORTING-Lille, 2-0
Bolonha-Sh.Donetsk, 0-0
Sp. Praga-RB Salzburgo, 3-0
Celtic-S. Bratislava, 5-1
C. Brugge-B. Dortmund, 0-3
Manchester City-Inter Milão, 0-0
PSG-Girona, 1-0
Estrela Vermelha-**BENFICA**, 1-2
Feyenoord-B. Leverkusen, 0-4
Atalanta-Arsenal, 0-0
Atl. Madrid-RB Leipzig, 2-1
Brest-Sturm Graz, 2-1
Mónaco-Barcelona, 2-1

CLASSIFICAÇÃO

	P	J	G
1. Bayern Munique	3	1	9-2
2. Celtic	3	1	5-1
3. B. Leverkusen	3	1	4-0
4. Aston Villa	3	1	3-0
5. B. Dortmund	3	1	3-0
6. Sparta Praga	3	1	3-0
7. Liverpool	3	1	3-1
8. Juventus	3	1	3-1
9. Real Madrid	3	1	3-1
10. Sporting	**3**	**1**	**2-0**
11. Benfica	**3**	**1**	**2-1**
12. Brest	3	1	2-1
13. Mónaco	3	1	2-1
14. At. Madrid	3	1	2-1
15. PSG	3	1	1-0
16. Inter Milão	1	1	0-0
17. Man. City	1	1	0-0
18. Bolonha	1	1	0-0
19. Sh. Donetsk	1	1	0-0
20. Arsenal	1	1	0-0
21. Atalanta	1	1	0-0
22. RB Leipzig	0	1	1-2
23. Barcelona	0	1	1-2
24. Sturm Graz	0	1	1-2
25. Est. Vermelha	0	1	1-2
26. Girona	0	1	0-1
27. PSV	0	1	1-3
28. Estugarda	0	1	1-3
29. AC Milan	0	1	1-3
30. Lille	0	1	0-2
31. Club Brugge	0	1	0-3
32. RB Salzburgo	0	1	0-3
33. Young Boys	0	1	0-3
34. Sl. Bratislava	0	1	1-5
35. Feyenoord	0	1	0-4
36. D. Zagreb	0	1	2-9

NOTA Os oito primeiro avançam para os oitavos-de-final. Os que ficarem entre a 9.ª e a 24.ª posição vão disputar um *play-off* de onde sairão mais oito apurados.

Sporting quer remodelar estádio, abrir capital da SAD e ter "parceiro estratégico"

PLANO ESTRATÉGICO Clube quer duplicar receitas operacionais e chegar aos 170M€ em 2034. Alvalade vai ganhar 2000 lugares.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Fazer crescer receitas operacionais para o dobro em dez anos, abrindo a entrada no capital social da SAD a um investidor minoritário e encontrar um parceiro estratégico fazem parte do Plano estratégico 2024-34 do Sporting, ontem apresentado e que contempla uma profunda remodelação do Estádio José Alvalade.

Segundo o vice-presidente do clube André Bernardo, a futura casa dos leões irá protagonizar uma melhor experiência aos adeptos, inspirada em casos de sucesso: nos *lounges* do Mónaco e no dos Las Vegas Raiders, nos EUA, no *sky bar* do novo estádio Santiago Bernabéu, em Madrid, no *pitch view* ao estilo da NBA, no Estádio de San Siro, em Milão, ou na forma como os jogadores entram em campo no estádio do Manchester City e do Espanyol.

O fosso do estádio vai ser fechado antes do início da próxima época, o que, segundo André Bernardo, vai permitir a colocação de mais 2000 lugares. "Nos próximos 10 anos queremos abrir concurso para a remodelação do estádio. Vamos abrir o concurso, assumimos este compromisso. Para ter um novo estádio, de referência internacional", disse o vice-presidente do clube, na apresentação do plano estratégico que contempla a recompra do Alvaláxia, onde os leões querem construir um novo museu "à altura do clube".

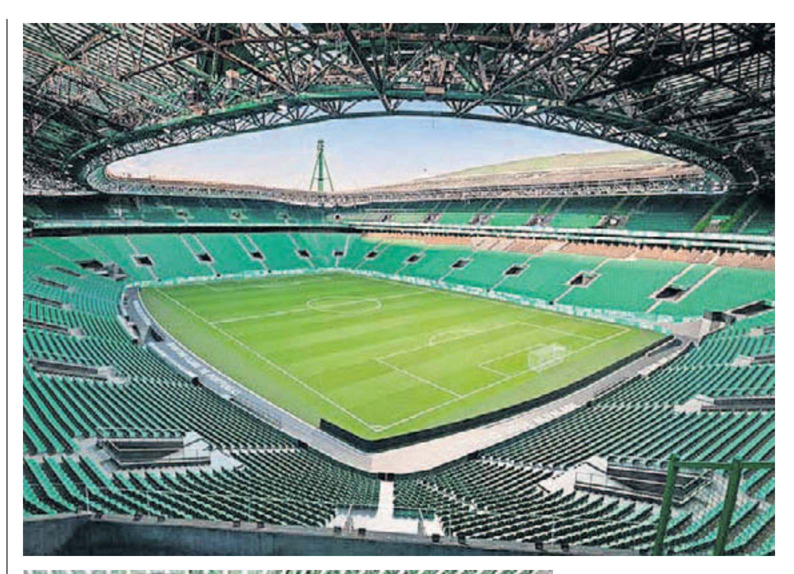
O espaço comercial, inaugurado em 2003, ocupa uma área bruta de 17 600 metros quadrados e fez parte do património do Sporting até 2006, quando o então presidente do clube e da SAD, Filipe Soares Franco, alienou o espaço comercial por 19 milhões de euros ao Grupo SIL para fazer face à grave crise financeira do clube. Nessa altura foram também vendidos três imóveis – o Edifício Visconde de Alvalade (15 milhões de euros), a Clínica da CUF (3,5 milhões de euros) e o espaço junto às piscinas onde funciona um ginásio (13,2 milhões de euros).

Considerando este plano o "maior salto quântico da história do Sporting desde 1906", ano de fundação, o vice-presidente dos leões lembrou que, há seis anos, a máquina do clube estava praticamente parada, mas que desde então a SAD leonina, liderada desde 2018 por Frederico Varandas, conseguiu quatro resultados líquidos positivos em cinco temporadas e bateu recordes de receitas em todas as linhas de negócio, graças ao sucesso desportivo da equipa de futebol orientada por Rúben Amorim. O objetivo é aumentar as receitas operacionais, passando dos 85 milhões de euros atuais para 170,2 milhões em 2034, abrindo a entrada minoritária no capital social é o objetivo.

A nível desportivo, o vice-presidente dos leões não adiantou muito, apenas que vão ser promovidas alterações na academia, que vão "além da formação e implicam o *scouting*".

Outras das novidades é a criação de nove equipamentos de jogo, procurando bater mais recordes nas vendas, depois dos 15,2 milhões de euros encaixados em *merchandising* no ano passado.

isaura.almeida@dn.pt





A maquete do futuro Estádio José Alvalade e o novo túnel de acesso ao relvado são inspirados no Etihad Stadium do Manchester City.



FPF

Portugal venceu Tajiquistão e apura-se

A seleção de futsal venceu ontem o Tajiquistão (3-2), em jogo da segunda jornada do Grupo E do Mundial2024, garantindo o apuramento para os oitavos-de-final da prova, que está a decorrer no Uzbequistão. A Campeã do Mundo em título marcou por intermédio de Pany Varela (dois minutos), Zicky Té (11') e Erick Mendonça (28'), enquanto Komron Aliev (27') e Bakhtiyor Soliev (40') apontaram os golos do Tajiquistão. Portugal, que na ronda inaugural bateu o Panamá por 10-1, lidera o grupo com seis pontos, os mesmos que Marrocos – domingo decidem quem passa em 1.º lugar.



SPORTING

Leoas perdem com o Real Madrid

O Sporting perdeu ontem com o Real Madrid (2-1), na primeira mão da segunda ronda de qualificação da Liga dos Campeões feminina de futebol. Na Academia, em Alcochete, as espanholas adiantaram-se no marcador com um golo de Athenea del Castillo, aos 11 minutos, mas as leoas conseguiram chegar ao empate aos 45'+4', num penálti convertido por Andreia Bravo, com o Real Madrid a chegar ao triunfo aos 90'+6' por Melanie Leupolz. A segunda mão, que vai decidir quem segue em frente para a fase de grupos, está marcada para a próxima quinta-feira, pelas 19.00 horas, no Estádio Alfredo Di Stefano, em Madrid.

90 anos de Sophia Loren: a beleza não acaba

ANIVERSÁRIO Hoje sopra as velas Sophia Loren, a atriz italiana que foi de Nápoles a Hollywood numa obra repleta de exuberância e garra feminina. Dos olhos de gata à ponta dos pés, ela nunca deixou de ser corpo e alma – ainda há pouco, octogenária, o confirmou.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

"Nasci a 20 de setembro de 1934, frágil e não particularmente bonita, na enfermaria para mães solteiras da Clínica Regina Margherita, em Roma. Como sempre digo, o meu enxoval era uma mala cheia de sabedoria e pobreza." As palavras de Sophia Loren na autobiografia *Yesterday, Today, Tomorrow* (título roubado a um dos seus filmes mais famosos) são o espelho da mulher que há não muito tempo reencontrámos num filme da Netflix, *Uma Vida à Sua Frente* (2020), realizado pelo filho, Edoardo Ponti. Uma mulher que, apesar da provecta idade, preservava um olhar forte, conhecedor, bem desenhado pelo rímel, e uma sensibilidade particular para a pobreza, que veio do berço e se fez sentir em várias personagens – apesar de ser a figura glamorosa de lábios carnudos, decote e ancas largas que surge instantaneamente com a evocação do nome. Ao celebrar hoje os seus 90 anos, é, pois, à personagem da octogenária *Madame* Rosa que recorremos para lembrar que, nesse breve regresso ao ecrã, Loren não escolheu um papel chique e cómodo, optou antes por um que permitisse mostrar a sua plenitude como atriz. Aquela que, por um lado, simbolizou a volúpia dos *sixties*, e por outro, carregou na expressão e nos braços ágeis aquela tragédia muito italiana da estirpe de Magnani.

Nasceu em Roma, sim, batizada Sofia Scicolone, mas foi numa região de Nápoles que cresceu, em casa da avó materna, depois de o pai ter recusado responsabilidades familiares, empurrando a criança, a irmã e a mãe para um cenário de escassez, com os bombardeamentos da Segunda Guerra Mundial à porta. Nesse contexto pouco propício, as memórias das idas ao cinema sobressaem – o sonho de Hollywood, por mais *cliché* que possa parecer, ganhou força por esses dias e concretizou-se mais cedo do que o esperado... na vaga hipótese de acontecer.

Se houve uma alavanca, chama-se beleza: Sophia Loren encetou o seu longo percurso no cinema após uma participação no concurso *Miss* Itália, que apesar de não ter ganhado lhe garantiu o título *Miss Elegância*.

> Nasceu em Roma batizada como Sofia Scicolone, mas foi numa região de Nápoles que cresceu, em casa da avó materna, depois de o pai ter recusado responsabilidades familiares, empurrando a criança, a irmã e a mãe para um cenário de escassez.

Seguiram-se umas aulas de teatro e a passagem direta para os estúdios, em 1950 (tinha 16 anos), sendo *Quo Vadis*, apenas um ano depois, uma das primeiras grandes produções americanas que integrou, sem créditos, numa altura em que a sua presença no grande ecrã correspondia essencialmente a figurações e sucessivos papéis menores.

Em 1953 ascendeu a protagonista, no filme *Aida*, mas o que fica para história é o seu encontro com Vittorio De Sica, que a dirigiu em *O Ouro de Nápoles* (1954), qual momento decisivo da sua revelação, e repetiu a proeza mais de uma dezena de vezes (14, no total), podendo dizer-se que foi ele que viu como ninguém a dita qualidade de Loren, entre o perfil sedutor e aquele modo de caminhar com uma confiança ultra terrena.

Ao fim de uma década, seria justamente pela mão de De Sica que a jovem beldade mostraria ao mundo que era mais do que uma cara bonita e um corpo curvilíneo. A saber, em 1962 venceu o Óscar de Melhor Atriz por *Duas Mulheres*, realização desse cineasta de eleição, tornando-se a primeira intérprete de um filme estrangeiro (isto é, de língua não-inglesa) a alcançar a estatueta dourada da Academia.

Já tinha por essa altura passado da notoriedade nacional para o panorama de Hollywood, que veio a ser a sua segunda casa, e aí o papel do marido de uma vida, o produtor Carlo Ponti, foi fundamental na



O *striptease* de *Ontem, Hoje e Amanhã* (1963).



Pela mão de De Sica a jovem beldade mostraria ao mundo que era mais do que uma cara bonita e um corpo curvilíneo. A saber, em 1962 venceu o Óscar de Melhor Atriz por *Duas Mulheres*, tornando-se a primeira intérprete de um filme estrangeiro a alcançar a estatueta dourada da Academia.

gestão de uma carreira que se soube equilibrar entre as produções italianas e americanas.

***Striptease* e galãs**

Com efeito, os Anos 60, época em que se converteu numa das atrizes mais populares e bem pagas do planeta – em 1964, depois do milhão de dólares que Elizabeth Taylor contratualizou por *Cleópatra*, pediu ela o seu milhão... –, representam a fase em que libertou no ecrã uma sensualidade icónica. Na memória de muitos espectadores ficou, por exemplo, o *striptease* que ela faz para a personagem de Marcello Mastroianni em *Ontem, Hoje e Amanhã*, (1963) também de De Sica, numa cena de antologia que mostra, pela via do burlesco, o desejo enquanto projeto carnal muito imediato e nada etéreo: a inquietação de Mastroianni de olhos arregalados é uma delícia cómica...

Sendo Mastroianni o definitivo parceiro conterrâneo de aventuras, e aquele com quem estabeleceu a chamada química das estrelas (voltaremos a esse ponto), a verdade é que galãs, neste caso, de Hollywood, não faltam no currículo de Loren. Começando em Cary Grant, com quem dividiu a tela no filme *Quase nos Teus Braços* (1958), e acabando em Marlon Brando, no roupeiro do qual ela se esconde na comédia *A Condessa de Hong Kong* (1967), de Charles Chaplin, há uma lista de nomes que inclui Frank Sinatra, Charlton Heston, Clark Gable e Paul Newman, sem esquecer Gregory Peck, em *Arabesco* (1966), essa diversão de espionagem assinada por Stanley Donen, onde Loren é o desembaraço e erotismo em pessoa; e ainda William Holden no muito esquecido *The Key* (1958), um belo drama de Carol Reed que conta com uma rara tristeza imperturbável de


Uma Vida à Sua Frente (2020).


Matrimónio à Italiana (1964).


Um Dia Inesquecível (1977).

Nos Anos 60 converteu-se numa das atrizes mais populares e bem pagas do planeta.

Sophia, no papel de uma mulher fechada num apartamento londrino em plena Segunda Guerra, que se resignou às falhadas relações amorosas com homens do mar.

Filmes inesquecíveis

Quando olhamos para a filmografia de Sophia Loren, que chega à centena de títulos, há pelo menos um par de obras que se impõe "tirar da estante" para revisitar a amplitude humana das suas interpretações, vá lá, mais complexas. Um deles é *Matrimónio à Italiana* (1964), mais uma vez de De Sica.

No filme, Marcello Mastroianni veste a pele de um homem de negócios que, durante 22 anos, fugiu ao casamento com a sua amante (Loren), até ao dia em que ela arranja uma estratégia inovadora, aproveitando para revelar também a existência de três filhos, criados à distância, sem identificar aquele que será fruto da relação com o dito amante... Nesta história, mas sobretudo no final, em que Sophia/Filumena chora ao ver os seus três rapazes despedirem-se do hipotético pai até ao dia seguinte, há uma verdade naquelas lágrimas indissociável da ausência paterna na própria infância da atriz.

O outro filme que nos ocorre, *Um Dia Inesquecível* (1977), de Ettore Scola, igualmente com Mastroianni, é uma lição de brilhantismo simples, no qual Loren assume a candura de uma dona de casa, esposa de um fascista, que no dia da visita de Hitler a Itália fica sozinha nas suas lides domésticas, acabando por conhecer um cativante, depressivo e enigmático vizinho. Esse, um papel comoventíssimo de Mastroianni, como antifascista e homossexual, que se vê lindamente correspondido, na inteireza do drama, por uma Sophia discreta e ardente, pura e... ansiosa pela impureza.

Juntos contracenaram em 11 filmes, o último, *Prêt-à-porter* (1994), já noutro nível de ironia. Sobre ele, escreveu ela nas memórias: "O Mastroianni passou dificuldades e lutou para sobreviver. Viemos ambos dessa vida. A Itália era assim na altura, e talvez esteja aí outra razão pela qual gostamos tanto um do outro." Estavam próximos no espírito e nas datas – daqui a poucos dias assinala-se o centenário de Mastroianni.





INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

CONCURSO PARA RECRUTAMENTO DE UM INVESTIGADOR AUXILIAR

Encontra-se aberto, pelo prazo de trinta dias úteis a contar da publicitação na BEP (**Bolsa de Emprego Público – www.bep.gov.pt**), um concurso externo para o recrutamento de um Investigador Auxiliar, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na área de **Ciência Política** (Código de Oferta: OE202409/0585).

As condições de candidatura e demais requisitos encontram-se publicitados quer na BEP quer no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 179, de 16 de setembro de 2024.

Lisboa, 17 de setembro de 2024

A Presidente do Júri
Professora Doutora Marina Costa Lobo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno, com o NIPG n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada no Cabeço do Mocho, Sesmarias – Portimão, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada no Cabeço do Mocho, Sesmarias, Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 8/2001, freguesia e concelho de Portimão, requerida por LARSEGURO Unipessoal, Lda.

A alteração da licença de operação de loteamento incide sobre os lotes 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 e consiste na unificação dos lotes 9, 10 e 11 num novo lote 9/11 e dos lotes 13, 14 e 15 num novo lote 13/15, passando o loteamento a ter um total de 11 lotes.

Previsão de um piso em cave destinado, exclusivamente, a estacionamento automóvel, ajustando os números mínimos de lugares previstos para os lotes 9/11, 12, 13/15 e 16.

Ajuste das cotas de soleira face às cotas efetivas dos arruamentos.

Criação de acessos às caves dos novos lotes 9/11 e 13/15 e, consequentemente, alteração das áreas de cedências para espaços verdes e arruamentos e da localização de lugares de estacionamento público.

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, a contar da data de publicação deste anúncio, no *Diário da República*, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e), do n.º 1, do art.º 112.º e art.º 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

30 de agosto de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana



CONVOCATÓRIA

Conforme o artigo 27, alínea 3) dos Estatutos da Instituição, são convocados os associados para uma Assembleia Geral Extraordinária, a ter lugar no dia **8 de outubro de 2024, pelas 20 horas**, no Centro Bonny Stilwell, situado no Largo da Ajuda, n.º 18, em Lisboa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um – Deliberação, após apreciação, de proposta da Direção e parecer do Conselho Fiscal, sobre a alienação do terceiro andar, Letra B, sito na Travessa do Possolo, n.º 17, em Lisboa.

Ponto dois – Deliberação de proposta da Direção, sobre a aplicação dos fundos gerados pela alienação do andar a que se refere o ponto um.

No caso de à hora marcada não estar presente o número de associados necessários para o regular funcionamento desta Assembleia, esta reunir-se-á meia hora depois, com qualquer número, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da APPACDM de Lisboa.

Lisboa, 20 de setembro 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
(Assinatura ilegível)





ANÚNCIO PÚBLICO
ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
Quadriénio 2024/2028

Nos termos do disposto no artigo 86.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, do artigo 19.º n.º 6.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Santarém (IPSantarém), homologados pelo Despacho Normativo n.º 56/2008, de 23 de outubro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 214, de 04 de novembro, e do artigo 4.º do Regulamento da Eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Santarém, aprovado em reunião do Conselho Geral, de 22 de setembro de 2009, torno público que, de 23 de setembro a 09 de outubro de 2024, se encontra aberto o prazo de apresentação de candidaturas à eleição do Presidente do IPSantarém.

Mais se informa que, tanto a informação como o regulamento, referentes à Eleição do Presidente do Instituto, estão disponíveis, para consulta, em www.ipsantarem.pt.

Santarém, 11 de setembro de 2024.

O Presidente do Conselho Geral do IPSantarém,

Hermínio Paiva Fernandes Martinho



AVISO
AUTO-ESTRADA A15

Devido a trabalhos a decorrer na A15, informa-se que, até ao dia 18 outubro de 2024, existirão condicionamentos na circulação entre o Nó da Arnoia na A8 e o Nó de Malaqueijo na A15, em ambos os sentidos. Para minimizar os eventuais incómodos os trabalhos decorrerão maioritariamente em período noturno.

Todos os trabalhos estarão devidamente sinalizados.

Respeite a sinalização, viaje em segurança.

Auto-Estradas do Atlântico, SA



A SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A., pretende recrutar

TÉCNICOS/AS SUPERIOR DE PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO

Assegurar a realização das atividades inerentes ao processo de Planeamento e Controlo de Gestão visando apoiar tecnicamente a formulação de estratégias e garantir a produção da informação relevante sobre o desempenho da empresa em todas as vertentes do negócio. Garantir a adequada informação e representação (quando solicitada) da empresa para o exterior, designadamente junto dos *stakeholders*.

PRINCIPAIS TAREFAS:

- **Planeamento e Gestão Orçamental**
  - Colaborar na elaboração e nas atividades de controlo, de forma a identificar e analisar desvios, reportando o seu grau de cumprimento, bem como contribuir para as decisões de gestão e cumprimento de objetivos do Plano de Atividade e Orçamento da Empresa, propondo ações corretivas e pontos de melhoria, em articulação com as várias áreas de negócio.
  - Colaborar na atualização do Plano de Negócios da Concessão.
- **Controlo de Gestão**
  - Apoiar a análise e monitorização do desempenho da atividade da empresa, através da definição, em articulação com as unidades de negócio corporativas, de um conjunto de indicadores de gestão.
  - Atualizar os indicadores de gestão definidos.
  - Apoiar a manutenção e desenvolvimento de uma estrutura de contabilidade analítica e orçamental de acordo com as obrigatoriedades legais em vigor.
- **Análise da Performance/Desempenho**

  Em coordenação com todas as áreas da Empresa, manter e desenvolver indicadores que permitam avaliar e monitorizar regularmente o desempenho da Empresa, de forma a assegurar uma ferramenta de gestão fiável e contribuir para o bom desempenho da mesma. Assegurar a análise sistemática das variáveis e indicadores de desempenho da empresa.
- **Reporte**

  Garantir a disponibilização atempada e fiável de toda a informação necessária da empresa de forma a assegurar o cumprimento dos Deveres de Informação, nomeadamente:
  - Garantir a adequada e atempada informação de Controlo de Gestão de forma a permitir a correta leitura da situação económico/financeira da empresa.
  - Assegurar o reporte para o(s) acionista(s) e a terceiros, incluindo a resposta a inquéritos estatísticos.
  - Elaborar a análise económico-financeira das Atividades Complementares e Acessórias e efetuar o seu reporte anual à ERSAR.
  - Elaborar relatórios mensais para a gestão com informação do desempenho da atividade e indicadores chave do negócio, assegurando a qualidade dos dados e dos indicadores.
  - Elaborar o Relatório de Execução Trimestral.
  - Participar na elaboração do Relatório e Contas e de Sustentabilidade.
  - Gerir e acompanhar a regulação económica, incluindo o reporte de Contas ao regulador, designadamente as métricas.
- **Melhorias contínuas e melhores práticas**
  - Assegurar as melhores práticas e exemplos entre as empresas, e análise à aplicabilidade de novas tecnologias ou ferramentas de gestão, na procura da obtenção de maiores eficiências e rentabilização na gestão da informação prestada.
  - Contribuir para a otimização e uniformização dos processos de trabalho da área e da empresa.
  - Colaboração no desenvolvimento e manutenção do Sistema de Controlo Interno e sistema de Avaliação de Risco Empresarial.

PERFIL PRETENDIDO:

- Licenciatura em Gestão de Empresas/Economia ou outras similares.
- Experiência profissional mínima de 3 anos em funções de meio empresarial, preferencialmente inserida em atividades de Planeamento e Controlo de Gestão, e ou em áreas financeiras.
- Valoriza-se experiência profissional em regulação económica, "*corporate* ou *project finance*".
- Conhecimentos de Contabilidade Geral e Analítica, Planeamento e Controlo de Gestão e Análise Financeira.
- Ms Office.
- Conhecimento sólidos de SAP (requisito obrigatório).
- Excelência de Serviço, na atuação e na promoção interna enquanto cultura.
- Foco na melhoria contínua reconhecendo oportunidades face ao que existe e atuando em conformidade.
- Comunicação e trabalho em equipa.
- Responsabilidade Ambiental e Social.
- Análise, julgamento e tomada de decisão.
- Iniciativa e Proatividade.
- Capacidade analítica e competências para gestão de diferentes tarefas e informações em simultâneo.
- Gestão eficaz de prioridades e capacidade de análise crítica e atenção ao detalhe.
- Forte sentido de responsabilidade, organização e autonomia
- Boas competências de comunicação, impacto e influência..

LOCAL TRABALHO:
Península de Setúbal.

Os/as candidatos/as interessados/as devem enviar a sua candidatura acompanhada por *Curriculum Vitae* até 10 dias após a publicação do presente anúncio para o endereço eletrónico: **geral.simarsul@adp.pt** com referência "**Técnicos de Superior PCG - SIMARSUL".(M/F)**".



A SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A., pretende recrutar

TÉCNICOS/AS SUPERIOR DE RECURSOS HUMANOS / RESPONSÁVEL

Desenvolver atividades especializadas no âmbito da gestão de recursos humanos, em alinhamento com as orientações corporativas e da empresa, bem como as necessidades dos clientes internos, nomeadamente implementando ações relativas à organização e dimensionamento de equipas, à formação e qualificação e à motivação dos/as trabalhadores/as, bem como a gestão dos meios e locais de trabalho, emitindo pareceres e elaborando relatórios técnicos, de acordo com as normas, legislação e obrigações aplicáveis, com vista a potenciar a eficiência organizacional, o desempenho e satisfação do capital humano.

PRINCIPAIS TAREFAS:

- Assegurar e desenvolver atividades no âmbito da gestão da informação, nomeadamente monitorização das atividades e indicadores inerentes à gestão de recursos humanos, assegurando o reporte dos mesmos e a produção de relatórios, apoiando deste modo os processos de auditoria.
- Desenvolvimento e atualização do sistema documental e de gestão de processos, garantindo a uniformidade de procedimentos, atualização das plataformas utilizadas no desenvolvimento de atividades de recursos humanos.
- Assegurar e desenvolver atividades afetas ao planeamento, recrutamento, seleção e acolhimento.
- Operacionalização dos processos de recrutamento, seleção, admissão e acolhimento de trabalhadores/as, estagiários/as, nestes últimos casos, incluindo a respetiva gestão contratual.
- Assegurar e desenvolver atividades afetas à avaliação de desempenho, desenvolvimento e carreira, nomeadamente dinamização do processo anual de avaliação de desempenho dos/as trabalhadores/as, garantindo o seu registo e atualização das ações realizadas.
- Elaboração, implementação e monitorização dos planos de desenvolvimento pessoal dos/as trabalhadores/as e do plano de formação, assegurando o desenvolvimento de competências identificadas como necessárias; elaboração de planos de carreiras.
- Assegurar e desenvolver atividades afetas ao clima, cultura e comunicação interna, nomeadamente execução de planos de motivação e retenção; monitorização do clima organizacional e índices de satisfação dos/as trabalhadores/as, realizando o tratamento e divulgação dos resultados obtidos e assegurando a implementação de ações de promoção do bem-estar; alinhamento estratégico na comunicação interna e implementação de ações de comunicação interna e relacionamento que promovam o envolvimento e desenvolvimento dos/as trabalhadores/as.
- Assegurar e desenvolver atividades afetas ao processamento salarial, nomeadamente gestão de horários, férias, de cartões de refeição e procedimentos administrativos inerentes ao registo dos dados para o processamento salarial; realização de atividades inerentes ao processamento e pós-processamento salarial.
- Assegurar e desenvolver atividades afetas à higiene e segurança no trabalho, nomeadamente gestão dos processos e contratos de prestação de serviços relativos à medicina do trabalho.
- Assegurar a gestão dos processos e contratos dos seguros de vida, saúde e acidentes de trabalho, assegurando a articulação necessária e participação de acidentes de trabalho com a corretora de seguros e demais entidades envolvidas.
- Assegurar a execução e contribuir para os procedimentos e atividades associadas aos Sistemas de Gestão implementados na empresa, identificando e propondo sugestões de melhoria contínua, garantindo a otimização dos processos de trabalho e cumprindo com as normas e legislação em vigor.
- Desenvolver atividades afetas à gestão global, nomeadamente apoio à elaboração do orçamento da área, executando a sua gestão administrativa, de compras e aprovisionamentos, garantindo a circulação e tratamento documental anexando todas as informações, documentos, despachos e autorizações necessárias à boa compreensão dos assuntos.

PERFIL PRETENDIDO:

- Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, Psicologia ou Sociologia (preferência por licenciatura pré-Bolonha ou mestrado integrado pós-Bolonha).
- Experiência de, pelo menos, 5 anos em funções enquadradas e de gestão de equipas.
- Capacidade de liderança.
- Boa capacidade de relacionamento interpessoal e de trabalho em equipa.
- Capacidade de comunicação, planeamento e organização.
- Domínio do Microsoft Office, SAP HCM e SAP Success Factors (preferencial).
- Forte capacidade de análise de dados e orientação para resultados.
- Dinamismo, iniciativa e proatividade.
- Análise, julgamento e tomada de decisão.
- Gestão eficaz de prioridades, alocação de recursos e capacidade de análise crítica.
- Carta de condução de veículos ligeiros.

LOCAL TRABALHO:
Península de Setúbal.

Os/as candidatos/as interessados/as devem enviar a sua candidatura acompanhada por *Curriculum Vitae* até 10 dias após a publicação do presente anúncio para o endereço eletrónico: **geral.simarsul@adp.pt** com referência "**Técnicos de Superior RH / Responsável". SIMARSUL".(M/F)**".



Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão
Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão – Juiz 1

Referência: 478563
Ação de Processo Especial 12/24.9YQSTR
Autor: Associação Ius Omnibus
Réu: Primedrinks – Comercialização de Bebidas Alcoólicas e Produtos Alimentares, Lda.

ANÚNCIO

No Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, Juízo da Concorrência, Regulação e Supervisão – Juiz 1, a Mm.ª Juíza de Direito, Dr.ª Catarina Amaral da Costa, faz saber que corre termos neste Tribunal a Ação de Processo Especial registada com o número 12/24.9YQSTR, em que é Autora Associação Ius Omnibus e Ré Primedrinks – Comercialização de Bebidas Alcoólicas e Produtos Alimentares, Lda., que tem o seguinte objetivo:

a) Ser declarado que, **entre 5 de maio de 2007 e 18 de maio de 2017**, a Ré violou, numa prática única e continuada, o **artigo 101.º do TFUE** (incluindo sua anterior numeração) e (sucessivamente) o artigo 4.º (1) da Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e o artigo 9.º (1) da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, por via da prática de um acordo – ou, subsidiariamente, de uma prática concertada – com as empresas de distribuição participantes, de fixação de preços de venda e outras condições de transação, por meios diretos e indiretos, aplicáveis à venda do leque de produtos da Ré por aquelas empresas participantes, em todo o território nacional.

b) Ser declarado que esta prática da Ré teve efeitos em todo o território nacional e **causou danos** aos interesses difusos e/ou coletivos de proteção do consumo de bens e serviços e da concorrência, e aos interesses individuais homogéneos dos consumidores representados.

c) Com fundamento em responsabilidade civil, ser a Ré **condenada a indemnizar integralmente todos os consumidores representados** na presente ação pelos danos sofridos/sobrepreço pago em consequência das práticas anticoncorrenciais em causa, em montante global a fixar:

(i) por cálculo aritmético;

ou, não sendo este possível,

(ii) por equidade, nos termos do artigo 566.º (3) do CC;

(iii) sendo os valores integrantes do montante global calculados mensalmente, atualizados à taxa de inflação e acrescidos de juros de mora civis desde a data do dano até integral pagamento;

(i) sendo que na presente data a Autora não consegue liquidar este montante, por, nos termos do disposto no artigo 556.º (1) (b) e (c) do CPC, não lhe ser possível determinar de modo definitivo as consequências da prática ilícita da Ré e por tal determinação depender parcialmente de ato a praticar pela Ré.

d) Vindo-se a revelar não ser possível fazer, total ou parcialmente, na sentença a liquidação do pedido da alínea anterior, seja a Ré condenada no pagamento do montante global, calculado nos mesmos termos, que vier a ser liquidado, nos termos do artigo 609.º (2) do CPC.

e) No caso das alíneas c) ou d), ser a condenação da Ré no pagamento de indemnização líquida concretizada na obrigação:

(i) do **pagamento da indemnização individual devida aos consumidores** representados que intervenham e assim sejam **individualmente identificados** no âmbito da presente ação, pelos montantes de indemnização individual que sejam determinados no âmbito da presente ação; e

(ii) do **pagamento a entidade designada pelo tribunal do montante global da indemnização** determinado pelo tribunal de acordo com a alínea c) ou d), subtraindo-se os valores referidos na alínea (i) anterior, a ser distribuído pelos restantes consumidores representados de acordo com método para determinação e distribuição de indemnizações individuais determinado pelo Tribunal.

f) Ser declarado que a Autora tem legitimidade para proceder à cobrança das quantias a que a Ré for condenada, em representação dos consumidores representados, incluindo legitimidade para requerer a liquidação judicial das quantias e a execução judicial de sentença, e demais atos necessários à cobrança efetiva das referidas quantias, devendo a Ré proceder ao pagamento da indemnização global a favor dos consumidores representados diretamente à entidade designada pelo Tribunal para proceder à administração da mesma, sem prejuízo da legitimidade da Autora para exigir e executar a cobrança, mesmo que judicialmente.

g) Ser nomeada como entidade incumbida da administração da indemnização global (sem prejuízo da necessidade de aceitação do encargo):

(i) a Direção-Geral do Consumidor;

(ii) subsidiariamente, caso não seja nomeada a Direção-Geral do Consumidor, uma empresa especializada em distribuição de compensações em ações representativas;

(iii) subsidiariamente, caso não seja nomeada a DGC ou uma empresa especializada em distribuição de compensações em ações populares, a Autora.

h) Ser declarado que a entidade designada pelo Tribunal para administrar as quantias que a Ré for condenada a pagar deverá ser remunerada pelo exercício desta atividade, com a remuneração que o Tribunal determine ser necessária à execução das funções impostas.

i) Ser declarado que a entidade designada pelo Tribunal para o efeito deverá proceder à administração das quantias que a Ré for condenada a pagar, a título de fiel depositário, competindo-lhe:

(i) criar, gerir e divulgar uma plataforma (ou utilizar uma plataforma preexistente) na qual cada consumidor representado poderá requerer a indemnização a que tem direito;

(ii) verificar o direito de cada consumidor representado que requeira a sua indemnização através de comprovativo nos termos que venham a ser determinados pelo tribunal;

(iii) garantir o pagamento de indemnização individual devida, no prazo de três meses após pedido de pagamento com comprovativo do preenchimento dos respetivos requisitos;

(iv) findo o prazo determinado pelo Tribunal, e cumprido o previsto na alínea n) do pedido, dar à quantia restante o destino previsto na lei aplicável (artigo 16.º (8) da LAC ou, subsidiariamente, artigo 19.º (8) da LPE e artigo 22.º (5) da LAP).

j) Subsidiariamente aos pedidos das alíneas c) e d), ser declarado que a Ré tem a obrigação de indemnizar os consumidores representados pelos danos causados pelos comportamentos ilícitos em causa.

k) Ser a Ré condenada em custas.

l) Ser a Autora ressarcida das custas, encargos, honorários e demais despesas que incorreu por força da presente ação, que extravasem a condenação da Ré em custas, incluindo o custo de financiamento do presente contencioso (a liquidar segundo o AFC), a partir do montante da indemnização global, sem ultrapassar o montante da indemnização global remanescente após o pagamento das indemnizações devidas aos consumidores representados e por estes requeridas à entidade designada pelo tribunal no prazo fixado pelo tribunal, nos termos do artigo 16.º (6) e (7) da LAC ou, subsidiariamente, artigo 19.º (7) da LPE e do artigo 22.º (5) da LAP.

m) Ser a Ré condenada a publicar no seu sítio da Internet e em 2 (dois) jornais presumivelmente lidos pelo universo dos consumidores representados, a determinar pelo Tribunal na decisão e no prazo a indicar pelo Tribunal, um sumário da decisão judicial transitada em julgado no presente processo, redigido pelo Tribunal, a expensas da Ré e sob pena de desobediência (artigo 17.º (1) LAC).

São titulares dos interesses individuais homogéneos representados na presente ação todos os consumidores, com residência em Portugal, que (i) adquiriram em Portugal, entre 5 de maio de 2007 e 18 de maio de 2017, Produtos Primedrinks vendidos no mercado nacional de distribuição retalhista de base alimentar a não ser que expressamente indiquem que não desejam ser representados, i.e., a não ser que exerçam o direito de *opt-out* (os "consumidores representados").

Excluem-se do âmbito dos consumidores representados (i) os administradores e empregados da Ré e suas subsidiárias ou empresas-mãe; (ii) o(s) juiz(es) que decidam o presente processo ou questões no presente processo, em qualquer instância e potencial incidente; e (iii) mandatários judiciais e consultores económicos e técnicos da Autora e da Ré no âmbito do presente processo.

Por via deste anúncio, nos termos e para os efeitos dos artigos 12.º (1) e 21.º do LAC e do artigo 15.º da Lei n.º 83/95, de 31 de agosto, são citados todos os titulares dos interesses acima referidos para, no **prazo de 20** dias, decorrida que seja a **dilação de 30 dias**, contada da publicação do anúncio, passarem a intervir no processo a título principal, querendo, aceitando-o na fase em que se encontrar, e/ou para declararem nos autos se aceitam ou não ser representados pela Autora ou se, pelo contrário, se excluem dessa representação, nomeadamente para o efeito de lhes não serem aplicáveis as decisões proferidas, sob pena de a sua passividade valer como aceitação, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 83/95, de 31 de agosto.

O prazo indicado é contínuo, suspendendo-se, no entanto, nas férias judiciais.

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Ficam advertidos de que é obrigatória a constituição de mandatário judicial.

Santarém, 18 de setembro de 2024

A Juíza de Direito
Dr.ª Catarina Amaral da Costa

We Will Rock You
O musical que desafia futuro com rebeldia

ESTREIA Fãs dos Queen podem ver, pela primeira vez no nosso país, um dos espetáculos de maior sucesso do Dominion Theatre, de Londres.



TEXTO **CYNTHIA VALENTE**

Estreia amanhã (21.30), no Campo Pequeno, em Lisboa, o musical dos Queen e de Ben Elton, *We Will Rock You*, visto por mais de 16 milhões de pessoas em todo o mundo. Durante 150 minutos, os fãs dos Queen vão poder revisitar 24 dos temas mais famosos da banda, como *I Want to Break Free*, *Somebody to Love*, *Under Pressure*, *I Want It All*, *Who Wants to Live Forever*, *Don't Stop Me Now*, *We Are the Champions* ou *Bohemian Rhapsody*. E se as músicas – interpretadas por um elenco de atores totalmente português – fazem antever momentos de júbilo, o argumento promete transportar os espetadores para um futuro, que embora seja ficcionado, se assemelha muito com a realidade.

A história avança 300 anos, num futuro distópico onde o *rock* é completamente desconhecido e não existem instrumentos musicais. Todos os habitantes foram ensinados a pensar da mesma forma e cantar ou tocar é totalmente interdito. A música existe, mas apenas computadorizada. A Terra foi denominada de iPlanet e é controlada por uma corporação chamada de Globalsoft.

Neste planeta, as chamadas Crianças Gaga vivem todos em completa conformidade. Assistem aos mesmos filmes, vestem as mesmas roupas, partilham as mesmas opiniões, ouvem apenas as mesmas músicas computadorizadas, os instrumentos musicais são proibidos e o *rock* é completamente desconhecido.

Por isso, Madalena Alberto, que interpreta a personagem Killer Queen (chefe da companhia Globalsoft) diz tratar-se de um espetáculo "muito atual e não apenas um mero concerto".

"Passa uma mensagem forte e muito pertinente, numa altura em que a IA [Inteligência Artificial] ocupa cada vez mais espaço e onde a sociedade acaba por estar muito formatada e com cada vez menos expressão individual", explica ao DN.

A viver em Londres há 22 anos e habituada a subir ao palco com as melhores produções internacionais, a atriz não esconde a alegria por poder fazer o que mais "ama" em Portugal. "É a primeira vez que faço aqui um musical e, sinceramente, tem sido das melhores experiências da minha carreira. A qualidade da equipa, a energia e o companheirismo é algo que não via há muito tempo", conta ao DN, à margem de um ensaio para o musical.

Mário Redondo, que interpreta a personagem Kashoggi (uma espécie de capataz de Killer Queen), também destaca a história do musical e traça um paralelismo com o mundo atual. "Nunca pensámos que o mundo ia mudar tanto e, com os avanços da IA, vai ser cada vez mais difícil distinguir o que é real", sublinha. O musical, conta, tem como uma das suas mais-valias uma história envolvente, mas também o facto de contar com um elenco "muito jovem e com imenso talento".

Uma equipa escolhida "a dedo" pelo produtor Armando Calado, que teve de selecionar de entre 170 candidatos, apenas 20. "O espetáculo é brutal. Os espetadores vão ficar de tal maneira envolvidos que vão acabar a cantar e a dançar", afirma. E para os espectadores mais atentos, acrescenta, a semelhança com a realidade não vai passar despercebida. "É um musical com temas dos Queen, o que por si só já é quase garantia de momentos muito bons, mas passa obviamente uma mensagem", explica.

Galileu, a personagem principal, é interpretada pelo luso-descendente Adam Filipe, um jovem de 21 anos que afirma estar a "viver o sonho". "É a primeira vez que trabalho em Portugal e estou ansioso pela estreia. Sempre quis fazer algo aqui e poder ter a família e amigos a verem-me", conta.

Se Galileu sonha em "fazer a sua própria música", Adam está prestes a cumprir o seu sonho. Amanhã à noite vai subir ao palco do Campo Pequeno e sentir-se em casa. Contudo, lamenta não haver "uma *tour* para correr o país de norte a nul".

Uma vontade partilhada por Armando Calado, que lamenta a falta de apoios. "Não há cultura de mecenato em Portugal. Em Londres, temos óperas completamente pagas por pessoas ou empresas. O Governo devia dar incentivos ou benefícios às empresas que apoiam a cultura", defende.

Assim, para já, o musical tem uma sessão única. Os preços variam entre os 15 e os 80 euros.



UM ELENCO 100% PORTUGUÊS

Madalena Alberto
– Killer Queen

Filipa Saavedra
– Scaramouche

Adam Filipe
– Galileo

Mário Redondo
– Khashoggi

Natacha Cantarinhas
– Meat

João Maria Reis
– Britney

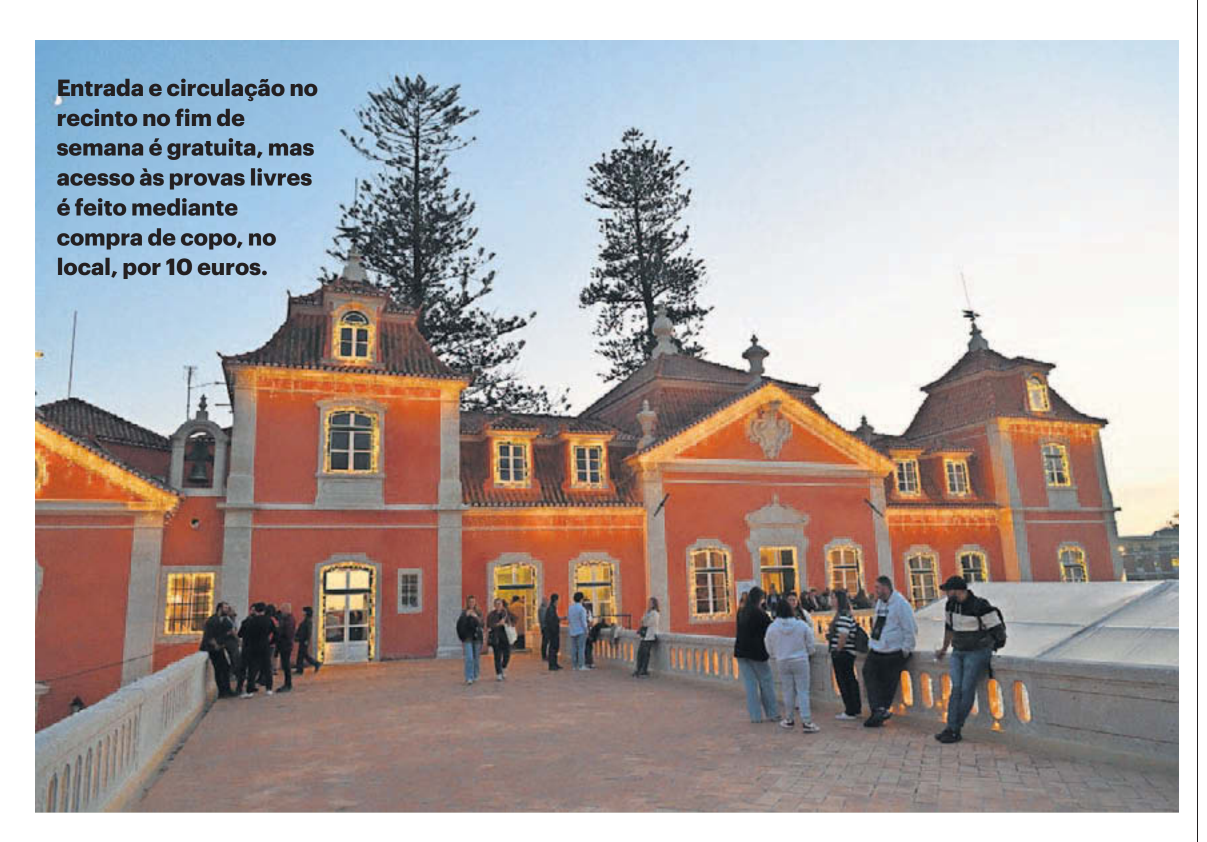
Miguel Gameiro
– Pop

Márcio Gonçalves
– Rebel Leader

O tempo é de doçura

OEIRAS O Palácio e Jardins do Marquês de Pombal abrem as portas para o *Nobre Gosto*, festival inteiramente dedicado aos vinhos doces e fortificados para provas, *masterclasses*, *showcooking* e visitas a adegas. Aberto ao público durante o fim de semana, aqui está um guia para perceber o que distingue estes vinhos.

TEXTO **FERNANDO MELO**



Entrada e circulação no recinto no fim de semana é gratuita, mas acesso às provas livres é feito mediante compra de copo, no local, por 10 euros.



Portugal é terra de vinhos e todo o português tem alma de vinhateiro. O talento aplicado à vinha reveste-se de um longo e fecundo período de criação de valor que rapidamente se pode transformar em riqueza. O evento *Nobre Gosto*, que vai acontecer entre hoje e domingo no Palácio Marquês de Pombal, Oeiras, está na sua 3.ª edição e coloca vinhos fortificados (Madeira, Porto, Moscatel e Carcavelos) na berlinda e à prova, coadjuvados pelos vinhos doces.

A entrada e circulação no recinto durante o fim de semana é gratuita, mas o acesso às provas livres é feito exclusivamente mediante compra de copo, no local, no valor de 10 euros.

Vinhos da Madeira

São doces e têm o segredo da longevidade pela acidez incrível que mostram. No entanto, é a estratificação da doçura que define o estilo de vinho, a que devemos juntar a indicação de idade. O vinho da Madeira está na moda e os colecionadores estão cada vez mais aguerridos, procurando como bravos exploradores os derradeiros exemplares que paulatinamente se foram revelando, extraídos de garrafeiras particulares. Exceção feita à Tinta Negra, que hoje conhece os seus melhores momentos.

No vinho da Madeira a estratificação e os estilos são estáveis. As castas utilizadas na produção dos Madeira são brancas. As chamadas castas nobres são Sercial, Terrantez, Verdelho, Boal e Malvasia, por ordem crescente de doçura, e os vinhos são essencialmente distribuídos por indicação de idade, havendo contudo colheitas de anos específicos que os produtores entendem por bem singularizar.

Produzidos por estufagem – mais rápido – ou em canteiro – mais lento –, os vinhos da Madeira atingem elevados níveis de qualidade, destacando-se pelo equilíbrio único entre acidez e doçura que podem oferecer. Determina sobretudo a longevidade, excecional no envelhecimento em canteiro, nas partes mais quentes das adegas, onde o calor é mais concentrado.

Vinhos do Porto

Celebrados pela História e consagrados pela prodigiosa extensão do vale vinhateiro do Douro, as uvas dos vinhos do Porto provêm da chamada ilha do xisto, e as vinhas estão classificadas por letras, da A – a mais valorizada – à F, igualmente rica por diversas razões, mas preterida face a critérios como exposição solar, altitude e acidentação.

A obrigação do engarrafamento nas caves de Gaia deixou de existir nos Anos 70 e os vinhos de quinta são uma realidade inalienável.

Entender um rótulo de vinho do Porto pode ser um desafio para o não-iniciado, mas a matriz é simples e passa por considerar que há apenas três grandes grupos: brancos – produzidos a partir de castas brancas –, rubi – envelhecidos em garrafa, ambiente redutivo – e *tawny* – envelhecidos em cascos, ambiente oxidativo. Por isso, os Porto *Vintage* – os mais valorizados em termos mundiais – pertencem ao grupo rubi, enquanto os *tawnies* – que quer dizer alourado – normalmente são patrimoniais nas casas produtoras e podem facilmente atingir 50 ou mais anos. O mercado está a reconhecer e procurar com mais intensidade os chamados *supertawnies*, mas há beleza e exotismo em toda a bateria de vinhos do Porto.

Vinhos Moscatel de Setúbal

Dentre as manchas de produção de Moscatel fortificado, a proveniente das vinhas velhas de Setúbal é a porta-estandarte desta bebida única e indispensável. Em termos de área não é tão pronunciada como a do vinho do Porto mas tem muito charme e reputação.

Muito ricos em doçura, conseguem mostrar acidez suficiente para conferir longevidades centenárias de forma natural. A casta Moscatel de Alexandria é a mais importante, mas a Moscatel Roxo está muito valorizada.

Vinhos de Carcavelos

Estamos numa região que esteve perto de soçobrar face à especulação imobiliária e à fortíssima densidade populacional. Hoje há novos pequenos produtores que insistiram em valorizar os exóticos terrenos outrora brilhantes e desejados.

A região está a oferecer diversidade e qualidade, com enologia de primeira linha e sobretudo vinhos distintivos e com muita personalidade.

Vinhos doces

Não pertencem ao grande grupo dos vinhos fortificados porque não recebem qualquer intervenção para reter o açúcar dos mostos, mas através de trabalho na vinha isolam, por exemplo, cachos vindimados tardiamente, a seguir à vindima.

De norte a sul do país, há excelentes exemplos possibilitados em anos excecionais, sem chuva após a colheita, que possibilitou a evaporação sustentada da água presente nos bagos. Pronuncia-se assim a doçura e, nos casos mais felizes, a presença do fungo *botrytis cinerea*, também conhecida como podridão nobre, espécie de véu que cobre os cachos e permite a sua valorização.

Há ainda outros casos muito bem-sucedidos, pelo que também os vinhos doces não-fortificados tenham conhecido mais notoriedade junto dos consumidores.



Diario de Noticias

A MAIOR TIRAGEM DE TODOS OS JORNAIS PORTUGUESES

CAMÕES — O seu genio comparado com o de Cervantes e o de Dante

DESASTRES NA LINHA FERREA

UMA IMPORTANTE SESSÃO na Associação Industrial Portuguesa

POLITICA ESPANHOLA

UM NOVO "RAID"

O DITADOR... DA FAMILIA

O ASSASSINIO do deputado fascista Casalini

NA ITALIA

NA TURQUIA

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 20 DE SETEMBRO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

MOVIMENTO DE PROTESTO

UMA IMPORTANTE SESSÃO

na Associação Industrial Portuguesa

"As tradições da Associação Industrial Portuguesa não são de molde a meter-se em aventuras, mas simplesmente a tratar dos seus interesses" — Diz o sr. Aboim Inglês

O DITADOR... DA FAMILIA

Cada vez me convenço mais que em Portugal não ha ninguem com quali para ditador...

Ora! Isso diz o meu amigo, porque não conheço a minha sogra.



CAMÕES

O seu genio comparado com o de Cervantes e o de Dante

D. Antonio Bachini

A pedido da Comissão Pro-Centenario de Camões de Montevideo, o sr. D. Antonio Bachini, um dos mais distintos jornalistas uruguaianos e actual ministro do Uruguay em Lisboa, publicou no diario daquela capital, «La Mañana», o artigo seguinte:

Referindo-se aos herois da sua epopeia, disse o Homero Lusitano: «Antigos são, mas inda resplandecem—Co'o nome, entre os engenhos mais perfeitos». Da mesma forma, Camões, que lhes deu a mais firme imortalidade, ao conquistá-la para si proprio, conseguiu com o andar dos tempos a força renovadora da sua famâ. Os seculos passam, acentuando-se o brilho e a grandeza do seu nome, como aumentam de tamanho e se perfilam os montes á medida que o viajante se vai distanciando deles.

Assim, presentemente, no quarto centenario do seu nascimento, Camões pertence aos nossos dias, e estão ainda verdes os louros da sua corôa de poeta. Uma nova consagração recebeu a sua estatua em Portugal e perante a sua imagem de bronze o voto publico é cada vez mais consciente, porque a analise moderna confirma as admirações romanticas do passado e reune a verdade ao sentimentalismo da patria—ao mesmo tempo os literatos de outras nações, quem sabe se de todas, tomarão parte na homenagem, não por solidariedade de raça, não por simples cortesia internacional, nem por habito de aplaudir bons trabalhos, mas por respeitoso e sincero tributo de gratidão para com um dos maiores pensadores que enobreceram o ideal humano, sugerindo aos povos a ambição do bem, com aspirações de arte, de liberdade, de valorosa fidalguia, e fixaram os destinos duma raça, adivinhando as exigencias do futuro, num mundo então desorganizado e vacilante!...

Era o tempo em que os povos produziam, como obra milagrosa, genios alados, colunas humanas, de cuja altura vibrava, difundindo-se, o pensamento novo, revelador, não por meio da palavra vulgar, mas em ondas expressivas e sonoras, do verbo poetico. Foi daí que surgiram com a sua lira de ouro ou de bronze, fosse para agitar tragicamente as paixões, como o fez Dante, ou para enaltecer o heroismo e dominar as almas, como o fez Camões, nas concordancias épicas e líricas da sua maravilhosa inspiração. Cada um produzia o seu poema, o seu Evangelho, a sua forma de convicção, o seu monumento iluminado.

Destino fecundo e, ao mesmo tempo, doloroso! Enquanto os guerreiros, encarregados das conquistas, levavam as suas armas e as bandeiras a remotas regiões, para fazer da solidão e do misterio scenarios de uma acção pratica onde frutificaria o cereal da vida e o forte braço lusitano moveria a riqueza virgem e decifraria o segredo das explorações mercantis, eles, os poetas, os sabios intuitivos, os ungidos do céu, descreviam essas conquistas nas variadas formas da inteligencia humana, mas sem outra base real além da fé em si proprios e a esperança na sua gloria, porque, sem imprensa, eram quasi inuteis as manifestações do pensamento, tanto mais que em muitas ocasiões os poetas tambem eram soldados.

Certo era que por outro lado, em geral uns e outros conseguiam apenas a ingratidão como recompensa, pois tratando-se de conquistadores do pensamento, sempre tinham que lutar com a soberbia e a ignorancia dos poderosos senhores.

Camões foi um dos que mais sofreram com esse facto, como Dante e Cervantes. E ao recordar estes nomes, que representam uma evolução de seculos, o nosso espirito abisma-se ante a semelhança do idealismo, através dos tempos, que marcha para um mesmo fim em pontos tão diversos da terra com identico esforço, com igual obstinação.

Três esforçados guerreiros, três cerebros privilegiados, três martires! Eis o eterno drama que palpita em todos os scenarios, grandes ou pequenos e que se reproduz em todos os tempos, porque a igualdade do egoismo é, desgraçadamente, o equilibrio menos incomodo para nivelar procedimentos e sanções sociais.

Analogias de toda a natureza aparecem no paralelismo desses grandes homens, desde o entusiasmo patriotico com que começam até a infinita desolação em que terminam, o que não impede, é claro, que cada autor ponha na sua obra os rasgos tipicos da sua personalidade, acentuados pelo caracter da epoca e da interpretação. E se o «Dom Quixote» é uma flagelação festiva de um vicio psiquico da raça, a «Divina Comedia» a sentença ditada por um vingador implacavel, os «Lusiadas» outra coisa não são, além do canto da liberdade de um sonhador que odiava os tiranos. A severidade de Cervantes apenas existe na sua figura, porque a alma é como uma fonte de nobre gracejo e está povoada de imagens risonhas que o sofrimento não pode aniquilar. A sua musa é delicada, artistica, humana. O glorioso florentino, ao contrario, com a aprendizagem do drama politico e a sua experiencia guerreira, escreveu o seu poema com o azedume de Camgoldino, fóra das conhecidas influencias do mar que, se robustecem a altivez do seu espirito, o inclinam, tambem, á ternura e ao perdão.

Camões passou a sua vida no embate dessas influencias, em constante contemplação do infinito, onde o poder da natureza, a falta de segurança, o perigo e a vigilancia, não davam ocasião ao aparecimento de paixões que não fôssem destinadas a estimular o cumprimento heroico do seu dever.

Foi, sem duvida, como Dante, perseguido, caluniado, vitima de malquerenças e prisões, como castigo da sua louvada critica aos prevaricadores, porém, teve, como aquele, o estimulo de um amor perdido—a sua Beatriz ou a sua D. Catarina—nome que escondia com este som prosaico a possuidora dos mais belos e eloquentes olhos de Coimbra; e do seu glorioso contemporaneo espanhol alcançou identicos sacrificios na guerra e se este em Lepanto perdeu um braço, Camões perdeu um dos seus olhos em outro combate naval, lutando contra a barbaria, em frente das terras africanas.

A lenda, a companheira inseparavel dos herois, agregou ás glorias de Camões um prestigio sobrenatural e desnecessario desde que a verdade dos factos é suficiente, como neste caso, para assegurar a imortalidade do seu autor. Não queremos repetir o que já está admiravelmente dito, nem queremos abordar novas interpretações. São notas rapidas, desarticuladas, que a nossa velha admiração escreve ante a comemoração latina, em homenagem ao poeta, que nos legou no Canto IX dos seus «Lusiadas» a mais maravilhosa e estupenda mitologia do amor; que deu aos seus herois o refugio cálido da ilha de Venus e manteve a sua forte imaginação, livre e criadora, contra os protestos da Inquisição.

Continuam, assim, os descendentes de Vasco da Gama, de Oriente a Ocidente, espalhando a todos os cantos da terra a semente da sua raça, o que Camões traduz, com a sua frase de ouro:

«E se mais mundo houvera, lá chegaram!»

O sonhador rebelde volta, por fim, á sua patria, porém, não sobrevive á dôr de vê-la sob o dominio estrangeiro. Já nada tinha que fazer na vida e ao morrer pode afirmar-se que com ele desapareceu o mais glorioso épico do seu seculo e o primeiro democrata de Portugal.

DESASTRES NA LINHA FERREA

Um choque de comboios dentro do tunel D. Luis

O grande sinistro produziu um panico indescritivel entre os passageiros. —Felizmente não ha mortes a lamentar

PORTO, 19.—Pelas 13,30 de hoje, deu-se um violento choque de comboios dentro do tunel «D. Luis», proximo a Caide, na linha do Douro.

A noticia, ao espalhar-se pela cidade, causou viva emoção, tanto mais que, num dos comboios iam muitas pessoas daqui ou que no Porto têm familia.

O choque deu-se com o tranvai n.º 131, que sai do Porto ás 9,20 para o Marco, onde chega ás 3,30 da tarde e o comboio n.º 172 de mercadorias procedente de Barca de Alva.

O embate foi violentissimo, sendo horroroso o que então se passou na escuridão.

O comboio de mercadorias devia cruzar-se em Vila Meã com o tramwai, mas como viesse atrazado, parece que foi combinado, entre as estações de Vila Meã e Caide, que o cruzamento se fizesse nesta. O certo é que, ou porque se esquecessem, ou fosse pelo que fosse, o comboio partiu indo chocar-se com o outro dentro do tunel.

Deve-se não haver mais tragicas consequencias, a duas circunstancias fortuitas: 1.ª, a linha descendente ser a subir afrouxando, portanto a velocidade; 2.ª, o maquinista ter dado pelo perigo, embora a curta distancia, travando desesperadamente.

Ao saber-se do desastre em Penafiel, partiu dali uma carruagem de 2.ª a fim de transportar os feridos, seguindo nesse comboio D. Ana Pinheiro e D. Adelaide Monteiro, ambas de Marco de Canaveses; Antonio Teixeira de Lemos, de Amarante; os guarda-freios Candido Softa e Francisco Baptista e fogueiro Antonio Ribeiro Gonçalves, que nesta cidade receberam curativo.

Comunicado o facto para Campanhã, saíu logo um comboio de socorro, no qual tambem seguiram os srs. director, e chefes dos serviços, medicos do Minho e Douro e enfermeiro Domingos Silva.

Felizmente não houve mortes, ao contrario do que correu.

Apenas dez feridos, sendo os de maior

trario do que correu.

Apenas dez feridos, sendo os de maior gravidade a sr.ª D. Olivia da Conceição Pinheiro de Almeida, desta cidade, que ficou com uma perna fracturada; sua cunhada D. Ana Conceição Gomes de Almeida, com graves contusões no peito, e a criada da primeira, Maria da Conceição, ferida na fronte. O maquinista Francisco Antonio da Silva, que sofreu fortes contusões no abdomen e rosto, foi arremessado contra a fornalha, ficando muito queimado na cabeça; o maquinista Joaquim de Morais ficou com graves contusões no peito e baixo ventre.

Na estação de Campanhã, esperando os feridos, encontravam-se os bombeiros com os seus carros de pronto socorro e mais serviços de assistencia, sendo os feridos transportados para o hospital da Misericordia, onde ficaram em tratamento.

O «tramway» era constituido pela maquina 13, onde seguiam o maquinista Joaquim Morais e o fogueiro Antonio Ribeiro Gonçalves, por 1 fourgon, 1 carruagem de 1.ª, 1 de 2.ª e 4 de 3.ª

A maquina do comboio de mercadorias era pilotada pelo maquinista Francisco Antonio da Silva e fogueiro Augusto Pereira.

Do comboio tramway descarrilaram 5 carruagens e o «fourgon» e do comboio de mercadorias, 2 vagons e o rodado do «tender».

As carruagens de 1.ª, 2.ª e 3.ª e o «fourgon» ficaram muito danificados.

Os prejuizos nas mercadorias são tambem importantes.

Sofreram trasbordo os comboios directo, correio e omnibus, e foram suprimidos o rapido e o misto, para lá de Caíde. A linha deve ficar desobstruida de manhã.

O pessoal da estação de Caíde, receando a ira popular evadiu-se, tendo o chefe da estação, retomado, pouco depois o serviço. Uma nota curiosa: A Direcção do Minho e Douro tinha enviado uma circular, dando instruções ao pessoal no sentido de evitar desastres.

Três passageiros feridos num choque de comboios em Vila Nova de Baronia

Na madrugada de ontem, quando o comboio n.º 104 de mercadorias andava em manobras fóra das agulhas, na estação de Vila Nova da Baronia, surgiu o comboio n.º 5 de passageiros, que, apesar de trazer uma marcha moderada, não evitou o choque.

Três passageiros ficaram ligeiramente feridos, não sendo de importancia as avarias causadas no material, graças ao pequeno andamento que trazia.

Outro choque de comboios em Gaia

VILA NOVA DE GAIA, 19. — A's 7 horas da manhã de hoje, por motivo de êrro de agulha, o comboio 18, «omnibus», que seguia do Porto para Lisboa, chocou com uma maquina, que se encontrava na linha, causando-lhe graves avarias.

A maquina 356, que rebocava o comboio, ficou tambem muito danificada.

lotaria popular
EXTRAÇÃO: 038/2024 **2.º PRÉMIO: 42823**
1.º PRÉMIO: 91006 **3.º PRÉMIO: 41126**

EURODREAMS
SORTEIO: 076/2024
CHAVE: 1-3-25-27-30-35 + 3

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

Novo diretor de Vale de Judeus vem de outra prisão de alta segurança

JUSTIÇA Após evasão de cinco reclusos, o Executivo escolheu jurista que estava na prisão da Carregueira, de nível elevado.

O jurista Carlos Moreira é o novo diretor do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, em Alcoentre, cadeia de onde, no passado dia 7, se evadiram cinco reclusos, saltando um muro, e que continuam a monte.

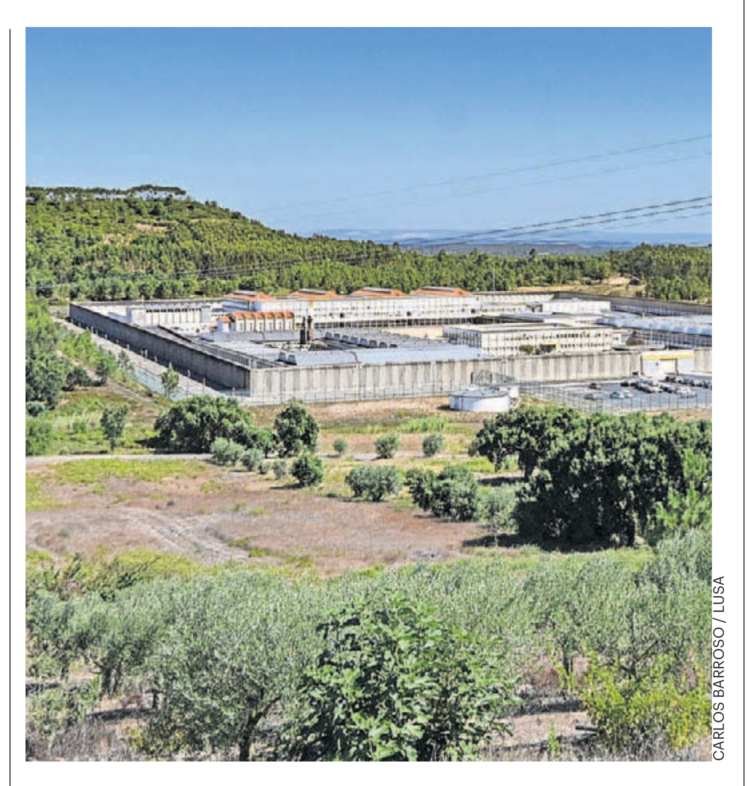
O Ministério da Justiça anunciou ontem que Carlos Moreira, licenciado em Direito e mestre em Direito e Segurança, foi nomeado pela secretária de Estado-Adjunta e da Justiça e inicia funções a 23 de setembro, transitando da direção do Estabelecimento Prisional da Carregueira, Sintra.

Fonte do Ministério da Justiça disse à Lusa que sobe a diretora da Carregueira a atual subdiretora, Joana Rodrigues, e que o despacho de nomeação "está pronto" e "será publicado para a semana".

Segundo a mesma fonte, Joana Rodrigues "vai manter a linha de funcionamento e de estabilidade" da cadeia da Carregueira.

Nota do Ministério da Justiça sobre a nomeação de Carlos Moreira refere que desempenhava as funções de diretor da Carregueira desde 2022, "tem larga experiência na direção de estabelecimentos prisionais" e é "um jurista experiente na gestão e liderança" destas instituições.

O Ministério indica que a secretária de Estado-Adjunta e da Justiça, Maria Clara Figueiredo, deu acolhimento nesta nomeação aos fundamentos contidos na proposta da diretora-geral de Reinserção e Serviços Prisionais, em substituição, após a demissão do cargo de Rui Abrunhosa Gonçalves, na sequência da fuga dos reclusos de Vale de Judeus.


CARLOS BARROSO / LUSA

Antes das funções na Carregueira, Carlos Moreira dirigiu o Estabelecimento Prisional (EP) do Linhó, Pinheiro da Cruz e Olhão.

Carlos Moreira desempenhou ainda funções na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) e de jurista nos EP de Caxias e Linhó, sendo esta nomeação por um período de três anos, renováveis, até ao máximo de três.

O novo diretor da prisão de Vale de Judeus, que entre 2000 e 2003 desempenhou as funções de guarda prisional nas cadeias de Alcoentre e de Torres Novas, licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa no ano letivo de 2007/2008, tirou uma pós-graduação em Direito e Segurança na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa em 2011 e outra em Gestão Pública no ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em 2020. É também mestre em Direito e Segurança pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa desde 2016.

DN/LUSA

BREVES

Luto nacional adia *Mobi Summit*

A conferência de lançamento do *Portugal Mobi Summit*, prevista para hoje no Passeio Marítimo de Algés, foi cancelada devido ao dia de luto nacional decretado pelo Governo, na sequência dos incêndios. Será anunciada nova data em breve. O evento deverá contar com a presença dos presidentes dos municípios de Lisboa e de Oeiras, Carlos Moedas e Isaltino Morais, bem como do vice-presidente de Cascais, Nuno Piteira Lopes. E, do lado do Governo, com a secretária de Estado da Energia, Maria João Pereira, com um ponto de situação do estado da transição energética do país.

PE: González é presidente da Venezuela

O Parlamento Europeu (PE) reconheceu ontem Edmundo González, principal opositor ao regime de Nicolas Maduro, como o Presidente legítimo do país, com o voto contra da esquerda representada no hemiciclo. Durante a sessão plenária em Estrasburgo (França), os eurodeputados aprovaram uma resolução com 309 votos favoráveis, 201 contra e 12 abstenções, que reconheceu o líder da oposição, hoje exilado, como vencedor das Eleições Presidenciais de 28 de julho. A resolução conjunta tem origem nos dois grupos políticos mais à direita: os Conservadores e Reformistas Europeus e os Patriotas pela Europa.

Sobe & desce

POR **NUNO VINHA**



PEDRO REIS
O ministro da Economia pediu esclarecimentos à casa-mãe da Tupperware sobre o futuro da fábrica que a empresa americana tem em Montalvo. Fez o que devia, até porque é grande a incerteza que paira sobre os mais de 200 trabalhadores e os muitos outros que dependem das vendas da marca.



BRUNO LAGE
O treinador do Benfica pôs a equipa a jogar de maneira mais solta e, consequentemente, de forma mais perigosa para os seus adversários. Dois jogos, duas vitórias, a última delas ontem, na estreia dos encarnados na Liga dos Campeões, contra o sempre difícil Estrela Vermelha, de Belgrado.



DUARTE DA COSTA
A tragédia dos incêndios este verão em Portugal ainda recomenda recato nas críticas. Mas a distribuição de culpas virá. O presidente da Liga dos Bombeiros, António Nunes, deu o primeiro tiro: quem falhou no terreno foi a Proteção Civil, com "falhas de coordenação, comando e controlo". Veremos o que segue.



Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, José Pedro Soeiro, Mafalda Campos Forte **Direção** Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** Nuno Silva **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600--209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt




5 605290 123023
56764